



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

**SÃO LUÍS/MA  
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011 APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO ART. 70, PARÁGRAFO ÚNICO, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA IN TCU Nº 63/2010, DA DN TCU Nº 108/2010, DA PORTARIA-TCU Nº 123/2011 E DAS ORIENTAÇÕES DA PORTARIA CGU Nº 2.546/2010.

**SÃO LUÍS/MA  
MARÇO/2012**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Ministro de Estado da Justiça**

José Eduardo Cardozo

**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Diretor Geral**

Maria Alice Nascimento Souza

**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**Superintendente**

Valcir Correia Ortins

**Superintendente Substituto**

Roberth Aguiar Campos

**Corregedor Regional**

Afonso Pio Lima Furtado

**Chefe da Seção Administrativa e Financeira**

José Ribamar do Nascimento Costa

**Chefe da Seção de Recursos Humanos**

Antônio Fernando Souza Oliveira

**Chefe da Seção de Policiamento e Fiscalização**

Júlio Licá Pereira

**Chefe do Núcleo de Apoio Técnico**

Almir Bílio de Alencar

**Chefe do Núcleo de Comunicação**

Júlio César Moreira Henriques

**Chefe do Núcleo de Inteligência**

José Luís Martins Pereira

**Elaboração:**

Valcir Correia Ortins

Superintendente.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**



**MISSÃO**

**PRESERVAR A VIDA E PROMOVER A PAZ PÚBLICA COM SEGURANÇA CIDADÃ.**

**VISÃO**

**SER REFERÊNCIA COMO INSTITUIÇÃO DE POLICIAMENTO OSTENSIVO E  
INDUTORA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE VALORIZAÇÃO DA VIDA, COM  
RECONHECIMENTO INTERNACIONAL.**

**VALORES**

**ÉTICA, COMPROMETIMENTO, HONESTIDADE, URBANIDADE,  
PROFISSIONALISMO, LEALDADE, EQUIDADE, CORAGEM E ORGULHO DE  
PERTENCER.**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

18ª SRPRF/MA – 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal no Estado do Maranhão

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência

ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres

CADA – Comissão de Análise de Defesa de Autuação

CGA – Coordenação Geral de Administração do DPRF

CGU – Controladoria-Geral da União

COINT – Coordenação de Inteligência

CR – Corregedoria Regional

CRET – Comissão Regional de Educação para o Trânsito

CTB – Código de Trânsito Brasileiro

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito

DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito

DN – Decisão Normativa

DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

ESAF – Escola de Administração Fazendária

FETRAN – Festival Temático Teatro para o Trânsito

FUNSET – Fundo destinado à Segurança e Educação para o Trânsito

GRU – Guia de Recolhimento da União

IN – Instrução Normativa

IS – Instrução de Serviço

JARI – Junta Administrativa de Recursos de Infrações

MJ – Ministério da Justiça

NOE – Núcleo de Operações Especiais

NUAI – Núcleo de Assuntos Internos

OM – Ordem de Missão

OS – Ordem de Serviço

PAIR – Programa de Ações Referenciais de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Port. – Portaria

RENAINF – Registro Nacional de Infrações de Trânsito

RG – Relatório de Gestão

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SEST/SENAT – Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem de Transporte

SPF – Seção de Policiamento e Fiscalização

SRH – Seção de Recursos Humanos

TCU – Tribunal de Contas da União

UJ – Unidade Jurisdicionada



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**SUMÁRIO**

**A – CONTEÚDO GERAL**

1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ- RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL
- 1.1. ESTRUTURA ORGÂNICA DA UNIDADE
2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
- 2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS
- 2.1.1. COMPETÊNCIAS
- 2.1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
- 2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS
- 2.2.1. ANÁLISE DO PLANO ESTRATÉGICO DA 18ª SRPRF
- 2.2.2. ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO 2011
- 2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE
- 2.3.1. PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS
- 2.3.1.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA
- 2.4. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA 18ª SRPRF/MA
- 2.4.1. PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS
- 2.4.1.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA
- 2.4.1.1.1. AÇÃO 2B11 – MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL
- 2.4.1.1.2. RESULTADOS DA AÇÃO
- 2.4.1.1.3. AÇÃO 2C78 – ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
- 2.4.1.1.4. RESULTADOS DA AÇÃO
- 2.4.1.1.5. AÇÃO 2524 – CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL
- 2.4.1.1.6. RESULTADOS DA AÇÃO
- 2.4.1.1.7. AÇÃO 2720 – AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA
- 2.4.1.1.8. RESULTADOS DA AÇÃO
- 2.4.1.1.9. AÇÃO 2816 – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
- 2.4.1.1.10. RESULTADOS DA AÇÃO



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

2.4.1.1.11. AÇÃO 4290 – ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS

2.4.1.1.12. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.13. AÇÃO 4641 – PUBLICIDADE E UTILIDADE PÚBLICA

2.4.1.1.14. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.15. AÇÃO 86A1 – PROCESSAMENTO, REMUNERAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS DE TRÂNSITO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.4.1.1.16. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.17. AÇÃO 4526 – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS

2.4.1.1.18. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.19. AÇÃO 8692 – EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS

2.4.1.1.20. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.21. AÇÃO 2723 – POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS

2.4.1.1.22. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.23. FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS

2.4.1.1.24. À CRIMINALIDADE

2.4.1.1.25. APREENSÕES DE DROGAS

2.4.1.1.26. APREENSÕES DE ARMAS E MUNIÇÕES

2.4.1.1.27. DE CONTRABANDO

2.4.1.1.28. ATUAÇÕES EM DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

2.4.1.1.29. OUTROS CRIMES COMBATIDOS

2.4.1.1.30. DETENÇÃO DE PESSOAS

2.4.1.1.31. RESULTADOS ADVERSOS

2.5. AÇÃO 8703 – ATIVIDADE CORREICIONAL

2.5.1. RESULTADOS DA AÇÃO

2.5.2. GRÁFICO

2.5.3. LISTAGEM DA DEMANDA PROCESSUAL EXISTENTE – MARÇO 2012

2.6. PROGRAMA 1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.6.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA**

**2.6.1.1. AÇÃO ID49 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**2.6.1.2. RESULTADOS DA AÇÃO**

Ação não implementada em ambiente regional, pois se trata da construção da sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília-DF.

**2.6.1.3. AÇÃO 200G - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**2.6.1.4. RESULTADOS DA AÇÃO**

**2.6.1.5. AÇÃO 8623 - REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**2.6.1.6. RESULTADOS DA AÇÃO**

**2.6.1.7. AÇÃO 1835 – IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**2.6.1.8. RESULTADOS DA AÇÃO**

**2.6.1.9. AÇÃO 200C – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA**

**2.6.1.10. RESULTADOS DA AÇÃO**

**2.6.1.11. AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

**2.6.1.12. RESULTADOS DA AÇÃO**

**2.6.1.13. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO**

**2.6.1.14. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA**

**2.6.1.15. AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**

**2.6.1.16. RESULTADOS DA AÇÃO**

**2.6.1.17. AÇÃO 2003 – AÇÕES DE INFORMÁTICA**

**2.6.1.18. RESULTADOS DA AÇÃO**

**2.6.1.19. AÇÃO 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES**

**2.6.1.20. RESULTADOS DA AÇÃO**

**2.6.1.21. AÇÃO 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS**

**2.6.1.22. RESULTADOS DA AÇÃO**

**2.6.1.24. RESULTADOS DA AÇÃO**





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

2.6.1.25. AÇÃO 2012 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

2.6.1.26. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.27. AÇÃO 09HB – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

2.6.1.28. RESULTADOS DA AÇÃO

2.7. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.7.1. INDICADORES DE DESEMPENHO

2.7.1.1. DESEMPENHO REFERENTE AO PROGRAMA SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

2.7.1.2. DESEMPENHO REFERENTE AO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.7.2. ANÁLISE DO DESEMPENHO

2.8. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.8.1. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

2.8.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

2.8.3. QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA

2.8.4. ANÁLISE CRÍTICA DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORIGINÁRIA E ADICIONAL

2.8.5. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

2.9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.9.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

2.9.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

2.9.2.1. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.9.2.2. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

2.9.2.3. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO OU ELEMENTO DE DESPESA

2.9.2.4. EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS

2.9.2.5. ANÁLISE CRÍTICA DA GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

2.9.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

2.9.3.1. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

2.9.3.2. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

2.9.4. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES EXECUTADAS PELA UJ

2.9.4.1. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

2.10. INDICADORES INSTITUCIONAIS

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

3.1.1. COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2009, 2010 E 2011

3.1.2. DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA-FIM NO EXERCÍCIO DE 2011

3.1.3. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

3.1.4. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.1. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A GESTÃO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS OU REALIZADAS NO EXERCÍCIO

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

11. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

12. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO, AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007

12.1. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO, SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008

14. OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES QUANTO À CONFORMIDADE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

15. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

2. DECLARAÇÃO DO GESTOR RESPONSÁVEL



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**A - CONTEÚDO GERAL**

1. IDENTIFICAÇÃO DA UJ- RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> Ministério da Justiça			<b>Código SIORG:</b> 316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<b>Denominação completa:</b> Décima Oitava Superintendência Regional da Polícia Rodoviária Federal			
<b>Denominação abreviada:</b> 18ª SRPRF/MA			
<b>Código SIORG:</b> 003681	<b>Código LOA:</b> 30107	<b>Código SIAFI:</b> 200124	
<b>Situação:</b> Em funcionamento			
<b>Natureza Jurídica:</b> Órgão Público			
<b>Principal Atividade:</b> Segurança e Ordem Pública			<b>Código CNAE:</b> 8424-8/00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(98) 3244-5376	(98) 3244-5372	
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:sup.ma@dprf.gov.br">sup.ma@dprf.gov.br</a>			
<b>Endereço na Internet:</b> <a href="http://www.dprf.gov.br">www.dprf.gov.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> BR 135, Km 01, nº 3737, Tirirical, São Luís/MA - CEP 65.095-600			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Constituição Federal, § 2º, do Art. 144 c/c Art. 20, da Lei nº 9.503, de 23.09.1997 - Código de Trânsito Brasileiro. O Departamento de Polícia Rodoviária Federal foi criado pela Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990 e pelo Decreto nº 11, de 18 de janeiro de 1991.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 1.375/2007, de 02 de agosto de 2007, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no D.O.U de 06 de agosto de 2007, que aprovou o Regimento Interno do DPRF/MJ.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	NÃO HÁ		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
	NÃO HÁ		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	

A 18ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal integra a estrutura orgânica do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

e está localizada no Estado do Maranhão, com sede na cidade de São Luís.

A Unidade Jurisdicionada exerce sua atuação institucional em sete rodovias federais que compõem a malha viária federal no Estado do Maranhão, com 3.433,7 quilômetros de extensão.

Suas competências e atribuições institucionais estão disciplinadas na Constituição Federal, Artigo 144, no Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, Artigo 20, no Decreto 1.655/1995, e no Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 1.375/2007, de 02 de agosto de 2007.

Dispõe de uma estrutura orgânica composta por Delegacias, Seções e Núcleos, que são responsáveis pelo desenvolvimento das atividades administrativo-burocráticas e finalísticas relacionadas ao policiamento e à fiscalização de trânsito, além de colaborar e atuar na prevenção e repressão a todos os ilícitos penais previstos no ordenamento jurídico brasileiro.

Em primeira escala estão as Seções e os Núcleos, os quais funcionam na sede da Superintendência, bem como as Delegacias, estas se encontram localizadas nas cidades de São Luís, Santa Inês, Caxias, Imperatriz e Balsas.

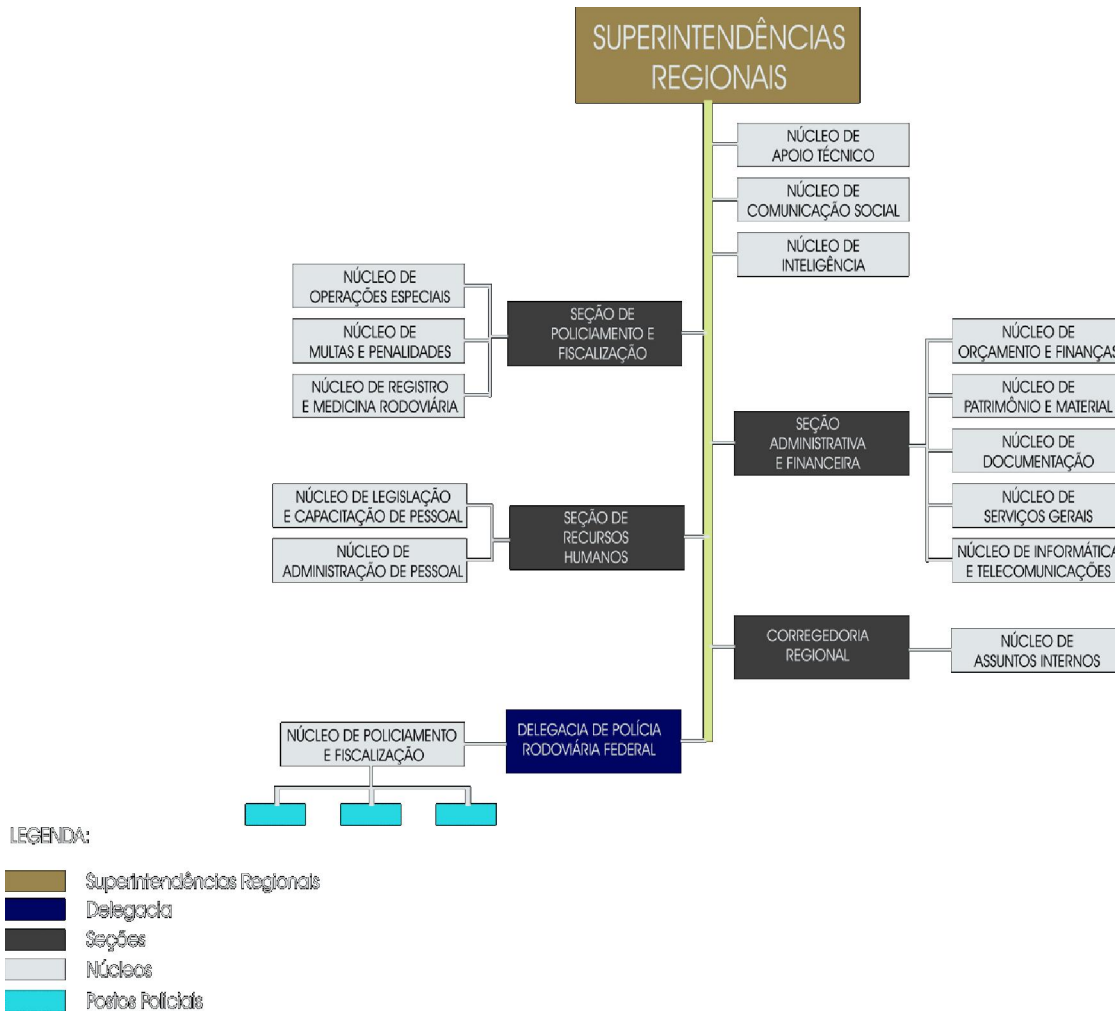
Em cada uma das Delegacias funciona um correspondente Núcleo de Policiamento e Fiscalização. A estrutura operacional é complementada por 12 postos vinculados às Delegacias.

Tendo em vista não haver unidade operacional instalada na cidade de Balsas, as ações finalísticas são realizadas a partir da sede da Delegacia.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**1.1. ESTRUTURA ORGÂNICA DA UNIDADE**



**2. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.1. RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

**2.1.1. COMPETÊNCIAS**

A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado, mantido pela



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

União e estruturado em carreira, integrante da Estrutura Regimental do Ministério da Justiça, a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea "h", do Anexo I do Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, tem por finalidade exercer as competências estabelecidas no §2º do artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 20 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, no Decreto nº 1.655, de 3 de outubro de 1995, e, especificamente, nos termos do Anexo da Portaria nº 1.375, de 2 de agosto de 2007, a qual instituiu o Regimento Interno do órgão:

I - preservar a ordem, a segurança pública, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros, planejar e coordenar o policiamento rodoviário e executar operações relacionadas com os serviços de segurança pública, por meio do policiamento ostensivo das rodovias e estradas federais;

II - exercer os poderes de autoridade de trânsito, dentre os quais:

a) autuar infratores, adotar as medidas administrativas e aplicar as penalidades;

b) cobrar e arrecadar multas, taxas e valores, em razão da prestação dos serviços de apreensão, remoção e estadia de veículos, objetos e animais, que se encontrem irregularmente nas faixas de domínio das rodovias federais, podendo providenciar a alienação daqueles não reclamados, na forma da legislação em vigor;

c) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, a escolta de veículos de cargas superdimensionadas, indivisíveis ou perigosas, podendo recolher os valores provenientes deste serviço; e

d) realizar, diretamente ou por meio de terceiros, na forma da lei, serviços de guincho;

III - executar o policiamento, a fiscalização e a inspeção do trânsito e do transporte de pessoas e bens;

IV - planejar e executar os serviços de prevenção de acidentes e atendimento a vítimas nas rodovias e estradas federais;

V - realizar levantamentos de locais de acidentes, boletins de ocorrências, análise de disco diagrama, investigações, testes de dosagem alcoólica e outros procedimentos estabelecidos em lei ou regulamentos, imprescindíveis à completa elucidação dos acidentes de trânsito ocorridos nas rodovias e estradas federais;

VI - assegurar a livre circulação das vias, notadamente em casos de acidentes de



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

trânsito e manifestações sociais e calamidades públicas;

VII - elaborar o termo circunstanciado de ocorrências a que faz referência o parágrafo único do artigo 69 da Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, e disciplinando o seu preenchimento a ser aprovada pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

VIII - manter articulação com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito, de Transporte e de Segurança Pública, promovendo o intercâmbio de informações, objetivando o combate à violência no trânsito e a implementação de ações integradas de segurança pública;

IX - executar, promover e participar das atividades de orientação e educação para a segurança do trânsito, bem como desenvolver trabalho contínuo e permanente de prevenção de acidentes de trânsito;

X - informar ao órgão responsável pela manutenção, conservação e sinalização das vias, sobre as condições de tráfego que possam comprometer a segurança do trânsito, solicitando e adotando medidas emergenciais à sua proteção;

XI - promover processos de recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos, bem como demais atividades de ensino, na área de competência do Departamento;

XII - credenciar, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de guincho e remoção de veículos, de escolta de transporte de cargas superdimensionadas, indivisíveis, e de produtos perigosos;

XIII - assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, podendo solicitar ao órgão rodoviário competente a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança; e

XIV - planejar e executar medidas de segurança para a escolta dos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado, Diplomatas estrangeiros e outras autoridades, nas vias federais, quando solicitado pela autoridade competente.

Portanto, verifica-se que a gama de atribuições e competências submete o órgão a uma responsabilidade vital para o bom desempenho do sistema de segurança pública brasileiro, sobretudo em virtude das ações voltadas à preservação da vida e da garantia do exercício do direito fundamental à livre locomoção.





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.1.2. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

Os objetivos estratégicos da Polícia Rodoviária Federal consubstanciam-se na promoção da segurança pública nas rodovias e estradas federais brasileiras, por meio de ações de policiamento e fiscalização, abrangendo atividades preventivas, educativas e repressivas.

Visa garantir a paz, o exercício da cidadania, preservar o direito de livre locomoção, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, intensificando o combate aos diversos ilícitos administrativos de trânsito, penais e ambientais, como forma de preservar a vida e o meio ambiente.

**2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE ÀS RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS**

**2.2.1. ANÁLISE DO PLANO ESTRATÉGICO DA 18ª SRPRF**

Os principais objetivos definidos para 2011 foram:

- Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias;
- Reforço nas ações de combate à criminalidade;
- Modernização da infraestrutura das unidades e viaturas;
- Valorização dos servidores e
- Aproximação Chefe subordinado

**2.2.2. ANÁLISE DO PLANO DE AÇÃO REFERENTE AO EXERCÍCIO 2011**

**Diminuição dos acidentes e mortes nas rodovias**

**Estratégia 1:** Utilização do cartão programa para fiscalização de pontos críticos

A Administração Regional concebeu o fator presença como estratégia de gestão para o alcance dos objetivos institucionais, a exemplo do que ocorreu no exercício de 2008, evidenciado pela efetiva atuação nos locais de maior densidade de tráfego e de incidência de crimes perceptíveis,



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

sendo utilizados como meios o policiamento ostensivo, o cartão programa, a fiscalização criteriosa e qualitativa, a mídia e as ações de orientação quanto à segurança no trânsito.

A escolha dos locais mais incidentes de eventos que colocam em risco a segurança das pessoas decorreu da grande extensão da malha rodoviária federal no Estado do Maranhão, do reduzido número de servidores pertencentes ao quadro funcional ativo e do perfil estrutural da Instituição que não atende às demandas produzidas pelos mais diversificados eventos decorrentes das anomalias no trânsito e das implicações criminosas.

Na implantação desta estratégia, foram verificadas as seguintes dificuldades, que dificultaram a realização das metas estabelecidas:

**Falta de efetivo:**

O quadro ativo de policiais destinados às atividades de policiamento rodoviário e fiscalização de trânsito ainda sofre fragmentação, pois é dividido para atender à formação de quatro equipes que trabalham em escala de revezamento. As equipes dos postos são formadas atualmente, em sua grande maioria, por dois ou três policiais.

Em algumas situações de relevância, como interdição de rodovias, acidentes graves, nas operações de feriados nacionais e nas operações integradas com outros órgãos para a prevenção e combate à criminalidade, recorreu-se à designação de policiais para atuar em unidades diversas de suas lotações, visando ao reforço de policiamento e para garantir que a representatividade institucional estivesse à altura de sua importância.

A malha viária é composta por sete rodovias e 3.433,7 quilômetros, sendo a sétima a nível nacional e a segunda na Região Nordeste, associada à estrutura operacional integrada por 12 bases operacionais. Rodovias como a BR 226 e a BR 402 ainda continuam sem possuírem bases operacionais da Instituição. Outras rodovias apresentam extensos trechos desprovidos de policiamento e fiscalização por falta de bases operacionais e pelo baixo efetivo de policiais. Ao final de 2007 o efetivo disponível para todas as atividades institucionais era de 290 servidores; ao final de 2008 diminuiu para 282, chegando ao final de 2009 a 269 servidores, enquanto houve um incremento da extensão da malha viária, da frota de veículos e da incidência de ações criminosas.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**Recursos insuficientes para manutenção de viaturas:**

A frota da 18a SRPRF/MA é composta, em sua maioria, por veículos com mais de 02 anos de uso, tornando-se, em muitos casos, praticamente inviável a manutenção corretiva por superar em custos o valor do próprio veículo. Inclusive, em função da escassez de recurso, a manutenção preventiva praticamente não é assimilada de forma eficaz em razão da provisão orçamentaria estimada em contrato próprio nesta Unidade Regional. Cabe ressaltar que essa limitação orçamentaria fora estabelecida através da Divisão de Planejamento e Controle Orçamentário do DPRF que contemplou esta Regional na medida do possível quando de suas descentralizações em nível nacional devido aos ajustes direcionados quando das liberações do Ministério da Justiça.

**Acidentes em trechos urbanos de rodovias, envolvendo pedestres e ciclistas**

Foi observado que um grande número de acidentes e mortes ocorriam em trechos urbanos de rodovias, envolvendo atropelamento de pedestres e ciclistas, inclusive motociclistas. Grande parte dos acidentes acontece por negligência de pedestres/ciclistas que ao atravessar as rodovias não utilizam as passarelas, se arriscando no meio do trânsito de carros, ônibus e caminhões. Como não existe a regulamentação de infração para pedestres/ciclistas, uma solução para o problema é a instalação de diversas lombadas eletrônicas nos trechos urbanos das rodovias, para diminuir a velocidade do tráfego, a fim de minimizar a quantidade de acidentes entre veículos e pedestres/ciclistas.

Em trechos urbanos, os motociclistas, pelas curtas distâncias, não tomam as devidas precauções como uso de capacete, contribuindo de forma considerável para o aumento do número de acidentes.

A gestão de lombadas eletrônicas nas rodovias pertence ao DNIT que deveria priorizar a aquisição destes equipamentos para instalação nos trechos urbanos críticos em acidentes. Ainda, se faz necessária a inclusão de mais radares móveis e sinalização nos trechos urbanos, especialmente naqueles onde há elevados índices de acidentes, visando a redução dos mesmos.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**Grandes congestionamentos e engarrafamentos durante feriados.**

A cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, está situada em uma ilha e tem somente um acesso (entrada e saída), através da BR 135. Do Km 0 (zero) ao Km 24 (Bairro Estiva) a BR é em pista dupla, com canteiro central e 04 (quatro faixas) de rolamento. Nos feriados, mormente os prolongados, ocorre um grande fluxo de veículos deixando a cidade, em demanda, rumo ao interior do estado (de onde são originários muitos que residem na capital) e para ela vindo (principalmente devido às praias). Observa-se assim a necessidade de duplicação do acesso, do Km 24 ao Km 43 da BR 135.

**Estratégia 2:** Utilização de Radares Fotográficos Inteligentes e Medidores de Tráfego

O efeito gerado pela utilização de radares fotográficos de velocidade tem sido mostrado eficaz para diminuição de infrações de trânsito nas rodovias. Frequentes as infrações de trânsito em rodovias duplicadas, promovendo acidentes como saída de pista, perda de controle do veículo e consequente colisão com automóveis em sentido contrário, principalmente em períodos chuvosos.

A utilização de contadores volumétricos de veículos visa verificar quais rodovias são mais movimentadas, e em quais períodos, a fim de se planejar a melhor alocação de recursos humanos e materiais para fiscalização das rodovias. Não houve até o momento aquisição dos equipamentos contadores volumétricos

**Reforço nas ações de combate à criminalidade**

**Estratégia 1:** Capacitar mais policiais nas ações de combate à criminalidade

Um dos fatores motivadores para o trabalho no combate à criminalidade e a capacitação do policial, isto lhe dá a segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experientes no combate ao crime, transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais. Em 2011, foram ministrados diversos cursos de capacitação



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

do policial, como bem demonstra o resultado da Ação 2524-Capacitacao do Policial Rodoviário Federal.

**Modernização da infraestrutura das unidades e viaturas**

**Estratégia 1:** Construção reforma e ampliação de postos de fiscalização da 18ª SRPRF/MA

A implementação da construção reforma e ampliação das unidades desta 18ª SRPRF/MA visa prover a instituição de uma estrutura física adequada para a logística da atividade do Policial Rodoviário Federal, dando um suporte à atividade fim do servidor. Não houve um expressivo investimento na estrutura física da Regional no exercício 2011, devido ao contingenciamento de gastos, conforme Decreto Presidencial que limitou as ações previstas para o exercício.

A melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, superintendências e sede, melhoram o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Foram ampliados e reformados os Postos e Delegacias de Pedrinhas e Imperatriz e também o Posto de Caxias.

**Dificuldades:**

1- Recursos ordinários insuficientes para atender as várias necessidades de reformas;

**Estratégia 2:** Substituição de viaturas obsoletas

As viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF, devido ao intenso uso, e necessário a sua substituição a cada quatro anos, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, e de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante as rondas/perseguições.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Houve a aquisição de nove viaturas caracterizadas e que foram distribuídas para as Delegacias e NOE e uma viatura descaracterizada para uso do Gabinete.

### **2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE**

A unidade esteve com a responsabilidade de executar três programas abrangidos no Plano Plurianual 2008-2011: Segurança Pública nas Rodovias Federais, Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal e Apoio Administrativo.

O programa Segurança Pública nas Rodovias Federais se destaca como tradutor da razão de existência institucional, pois foi concebido para o alcance do objetivo de aumentar a segurança em sua área de atuação. A Instituição adotou uma postura de caráter preventivo, evidenciado pelo fator presença nos locais mais propícios a práticas criminosas, subsidiando o trabalho ostensivo a partir das ações de inteligência. No que se refere à atuação para reduzir índices de acidentes, ressalta-se o foco na fiscalização de trânsito e a intervenção nos trechos de maior densidade de tráfego, como forma de inibir comportamentos inadequados à segurança no trânsito.

O programa Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal viabiliza o desenvolvimento das atividades finalísticas, pois supre o órgão de instalações físicas adequadas e de logística material visando possibilitar a execução de tarefas operacionais destinadas à segurança pública.

O programa Apoio Administrativo fomenta as atividades administrativo-burocráticas e responde pelas despesas relacionadas à assistência e auxílios aos servidores.

#### **2.3.1. PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS**

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e a redução dos acidentes de trânsito.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Gerente de programa</b>	Maria Alice Nascimento Souza
<b>Gerente Executivo</b>	Geovanni Bosco Farias Di Mambro
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
<b>Público Alvo</b>	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

É considerado o programa de maior importância, pois reflete todo o empenho da Instituição em garantir que o cidadão se sinta seguro quando utilizando as rodovias e estradas federais do país, tendo como indicadores de desempenho a “Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais”, a “Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais” e a “Sensação de Segurança nas Rodovias Federais”.

As ações estão relacionadas à segurança no trânsito e ao combate a todas as formas de atuação delituosa, tendo como suporte o serviço de inteligência para subsidiar as atividades operacionais. Outro aspecto relevante a considerar no programa refere-se à assistência aos usuários das rodovias quanto ao atendimento a acidentes e nas mais diversificadas demandas, oriundas de quebras de veículos, seja pelo desgaste de peças, sejam por problemas decorrentes de defeitos nas vias.

O programa foi executado continuamente, através das ações de policiamento rodoviário e de fiscalização de trânsito, planejadas mediante o Cartão-Programa elaborado pelas Delegacias que contemplaram as rondas em unidades móveis, os comandos e as operações.

Ressalta-se que as ações do programa não alcançaram efetivamente a amplitude total da malha rodoviária sob a responsabilidade da 18ª Superintendência, tendo com principais óbices sua grande extensão em quilômetros e a reduzida quantidade de policiais, associadas ao número insuficiente de unidades operacionais fixas, representadas pelos postos de fiscalização.

As ações de fiscalização de transporte coletivo interestadual de passageiros, nas modalidades regular e eventual ou turístico, assim como, a fiscalização do transporte de veículos de carga, foram em parte desenvolvidas com recursos provenientes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para custeio de despesas com diárias, mediante transferências emanadas do convênio celebrado com o Ministério dos Transportes, através da Agência Nacional de Transportes Terrestres.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Houve ações que não receberam recursos específicos, mas estiveram inseridas no cotidiano da realização das atividades finalísticas, destacando-se a intervenção em pontos críticos, relacionados aos locais de maior incidência de acidentes levantados pelas estatísticas de trânsito no Sistema BR BRASIL, controle de velocidade e monitoramento, controle e fiscalização eletrônica, realizadas com radares portáteis e fotográficos nos pontos de maior incidência de acidentes; Atividades de Saúde nas Rodovias Federais, representadas pelos Comandos de Saúde Preventivos; Julgamento de Recursos Administrativos de Multas de Trânsito.

**2.3.1.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA**

**2.4. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA 18ª SRPRF/MA**

**2.4.1. PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS**

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e a redução dos acidentes de trânsito.
<b>Gerente de programa</b>	Maria Alice Nascimento Souza
<b>Gerente Executivo</b>	Geovanni Bosco Farias Di Mambro
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais
	Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
	Sensação de Segurança nas Rodovias Federais
<b>Público Alvo</b>	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais

É considerado o programa de maior importância, pois reflete todo o empenho da Instituição em garantir que o cidadão se sinta seguro quando utilizando as rodovias e estradas federais do país, tendo como indicadores de desempenho a “Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais”, a “Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais” e a “Sensação de Segurança nas Rodovias Federais”.

As ações estão relacionadas à segurança no trânsito e ao combate a todas as formas





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

de atuação delituosa, tendo como suporte o serviço de inteligência para subsidiar as atividades operacionais. Outro aspecto relevante a considerar no programa refere-se à assistência aos usuários das rodovias quanto ao atendimento a acidentes e nas mais diversificadas demandas, oriundas de quebras de veículos, seja pelo desgaste de peças, sejam por problemas decorrentes de defeitos nas vias.

O programa foi executado continuamente, através das ações de policiamento rodoviário e de fiscalização de trânsito, planejadas mediante o Cartão-Programa elaborado pelas Delegacias que contemplaram as rondas em unidades móveis, os comandos e as operações.

Ressalta-se que as ações do programa não alcançaram efetivamente a amplitude total da malha rodoviária sob a responsabilidade da 18ª Superintendência, tendo com principais óbices sua grande extensão em quilômetros e a reduzida quantidade de policiais, associadas ao número insuficiente de unidades operacionais fixas, representadas pelos postos de fiscalização.

As ações de fiscalização de transporte coletivo interestadual de passageiros, nas modalidades regular e eventual ou turístico, assim como, a fiscalização do transporte de veículos de carga, foram em parte desenvolvidas com recursos provenientes do Departamento de Polícia Rodoviária Federal para custeio de despesas com diárias, mediante transferências emanadas do convênio celebrado com o Ministério dos Transportes, através da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Houve ações que não receberam recursos específicos, mas estiveram inseridas no cotidiano da realização das atividades finalísticas, destacando-se a intervenção em pontos críticos, relacionados aos locais de maior incidência de acidentes levantados pelas estatísticas de trânsito no Sistema BR BRASIL, controle de velocidade e monitoramento, controle e fiscalização eletrônica, realizadas com radares portáteis e fotográficos nos pontos de maior incidência de acidentes; Atividades de Saúde nas Rodovias Federais, representadas pelos Comandos de Saúde Preventivos; Julgamento de Recursos Administrativos de Multas de Trânsito.

**2.4.1.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA**

**2.4.1.1.1. AÇÃO 2B11 – MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativamente o número de acidentes, além de exercer o controle sobre o fluxo de trânsito e criminalidade através da produção de dados e gerenciamento de informações.
<b>Descrição</b>	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de dados relativos ao volume de tráfego nas rodovias federais. Controle de trânsito de veículos pesados, mediante a utilização de balanças rodoviárias para a melhoria da segurança no trânsito e aumento do tempo de vida útil da via pavimentada. Implantação de projetos e instalação de equipamentos de monitoramento de veículos em rodovias federais. Controle das rodovias mediante o monitoramento eletrônico das rodovias.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Modernização e Tecnologia
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Luciano da Silva Fernandes
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Telemática

**2.4.1.1.2. RESULTADOS DA AÇÃO**

**FISCALIZAÇÃO DE EXCESSO DE VELOCIDADE**

<b>INFRAÇÕES CONSTATADAS</b>	<b>3368</b>
<b>TOTAL DE IMAGENS ARQUIVADAS</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>0</b>

As Unidades responsáveis por elaborar o planejamento diário das atividades de



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

policiamento rodoviário e fiscalização de trânsito receberam subsídios do Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária através dos sistemas DATATRAN e BR BRASIL quanto aos locais de maior índice de ocorrência de acidentes causados por excesso de velocidade, visando ao planejamento de ações com o objetivo de prevenir a ocorrência dessa infração.

Importante destacar que a fiscalização eletrônica de velocidade no ano em tela foi prejudicada por falta de aferição do equipamento sendo este solucionado em 29 de agosto de 2011. Para a fiscalização com o radar era necessário o estudo técnico do DNIT, sendo esse efetuado em 12 de dezembro de 2011, conforme ofício nº 321/2011-SRMA/DNIT. No período de 19/12 a 30/12 foram capturadas 3368 imagens, sendo que estas foram enviadas sem sucesso devido a falhas técnicas no sistema.

**2.4.1.1.3.** [ACÇÃO 2C78 – ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL](#)

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando à superação de situações críticas.
<b>Descrição</b>	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como, aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas à finalidade da ação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Saúde e Assistência Social
<b>Coordenador nacional</b>	Lejandre Monteiro



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Seção de Recursos Humanos
---	---------------------------

**2.4.1.1.4. RESULTADOS DA AÇÃO**

Não houve atividade desta Ação, Uma vez que não há na Unidade profissionais habilitados nas áreas de psicologia, psiquiatria ou serviço social para o desempenho das ações de assistência ao servidor.

Vale destacar que durante o exercício, 12 (doze) servidores se afastaram do trabalho por licença médica concedida por profissionais da área de psiquiatria, gerando um total de 2.593 (dois mil, quinhentos e noventa e três) dias de afastamento, o que demonstra a fragilidade e a necessidade de ações no sentido de acompanhar e evitar este tipo de ocorrência.

A ação é de fundamental importância para o equilíbrio emocional dos servidores e nas relações no ambiente institucional e com o público em geral. Foram vários os problemas verificados no exercício que redundaram em afastamentos de servidores por períodos longos.

**2.4.1.1.5. ACÇÃO 2524 – CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos às atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas atribuições.
<b>Descrição</b>	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos, habilitando-os às atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eventuais do DPRF, pagamento de passagens e diárias quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, aquisição de material específico para treinamento e outras despesas correlatas à formação e capacitação do policial. Realização de treinamentos, cursos de capacitação, de requalificação e de qualificação profissional das atividades específicas para atuação do policial rodoviário federal, com



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

	implementação de novas alternativas tecnológicas e gerenciais que desenvolvam a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal à sociedade. Aplicação do Decreto nº 2794/98. Decreto nº 1655/95, Lei nº 9654/98 e PNSP (Lei 10201/2001). Implementação e execução do ensino à distância, com os insumos necessários a possibilitar a realização de cursos de formação e capacitação, possibilitando desta forma a massificação do conhecimento em disciplinas de conteúdo teórico.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação de Ensino/DPRF/MJ
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Ricardo de Oliveira Betat
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal

**2.4.1.1.6. RESULTADOS DA AÇÃO**

**EVENTOS REALIZADOS**

A capacitação foi uma das principais ferramentas utilizadas para o alcance da eficiência institucional, através da disseminação de conhecimentos relativos às diversas áreas de atuação, com destaque para as ações de policiamento rodoviário.

A Coordenação de Ensino, unidade da estrutura orgânica da Coordenação Geral de Recursos Humanos, continua a manter a competência para elaborar o planejamento macro institucional e mais uma vez foi a responsável pelas decisões acerca da implementação do planejamento concebido pela Unidade, visando ao treinamento e desenvolvimento de servidores, descentralizando poucos recursos orçamentários para custeio de despesas com diárias, passagens aéreas e aquisição de materiais para a regional.

Os recursos aplicados na Superintendência para as ações totalizaram R\$ 3.141,92



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

(três mil cento e quarenta e um reais e noventa e dois centavos). Foram oferecidas e preenchidas 89 vagas para servidores.

**QUADRO EVOLUTIVO DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO**

Nome do Evento	Carga Horária	Participantes	Cidade/UF	Custos
<i>DCE/PISTOLA TASER</i>	<i>10 HS</i>	<i>46</i>	<i>São Luís/MA</i>	<i>-</i>
<i>DCE/PISTOLA TASER</i>	<i>10 HS</i>	<i>16</i>	<i>Imperatriz/MA</i>	<i>RS 785,48</i>
<i>DCE/PISTOLA TASER</i>	<i>10 HS</i>	<i>7</i>	<i>balsas/MA</i>	<i>RS 785,48</i>
<i>DCE/PISTOLA TASER</i>	<i>10 HS</i>	<i>10</i>	<i>Caxias/MA</i>	<i>RS 785,48</i>
<i>DCE/PISTOLA TASER</i>	<i>10 HS</i>	<i>3</i>	<i>Santa inês/MA</i>	<i>RS 785,48</i>
<i>Curso Combate em Ambiente Confinado</i>	<i>10 HS</i>	<i>7</i>	<i>Imperatriz/MA</i>	<i>-</i>
		<b>89</b>	<b>Total</b>	<b>RS 3.141,92</b>

**2.4.1.1.7** [ACÇÃO 2720 – ACÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA](#)

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
<b>Descrição</b>	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como, as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação de Inteligência



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Coordenador nacional da ação</b>	Josemar Monteiro de Barros
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Inteligência

#### **2.4.1.1.8. RESULTADOS DA AÇÃO**

Em março foi efetuado levantamentos em todo o Estado buscando identificar pontos de possível rompimento de rodovias federais em decorrência de fortes chuvas para auxiliar o CPAV - Comitê de Prevenção e Assistência às Populações Vítimas das Chuvas;

Em abril houve um trabalho conjunto com a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, buscando informações sobre atividades ilegais em garimpos e rotas de escoamento de metais e pedras preciosas;

Durante o mês de Junho, com demanda da Coordenação de Inteligência do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF buscou-se informações sobre áreas de desmatamento, focada no município de Grajaú e adjacências;

Ainda em Setembro, por solicitação da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, foi executado amplo trabalho de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes em todo o Estado;

No mês de Outubro, as ações foram de identificação de ações que culminaram com interdições de rodovias federais. Também foram prestadas informações para subsidiar a área correicional da PRF Regional;

Em novembro, levantamentos efetuados em Postos de combustíveis e bares às margens das rodovias federais, tinham como objetivo localizar e identificar pontos de venda de ilegal de substancias que alteram o estado físico e/ou mental, notadamente de motoristas que circulam nas rodovias federais do Estado;

Por fim, em Dezembro, o Núcleo de Inteligência participou de ações de contra inteligência, visando proteger ativos da PRF regional.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.4.1.1.9. AÇÃO 2816 – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Assessorar os gestores da PRF na tomada de decisões e atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a diversos crimes como assaltos a veículos (transporte de passageiros e cargas), tráfico de drogas, exploração sexual, contrabando/descaminho, trabalho análogo ao escravo, etc.
<b>Descrição</b>	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos ou operações emergenciais de combate ao roubo de cargas, a assaltos, ao tráfico de drogas, à prostituição infantil, ao trabalho escravo, dentre outros.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação de Inteligência
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Davi Rogério Artigas
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Inteligência

**2.4.1.1.10. RESULTADOS DA AÇÃO**

Durante o ano de 2011, o Núcleo de Inteligência realizou várias ações no sentido de combater a criminalidade nas rodovias federais, como também crimes que atentavam contra a própria Instituição e a seus servidores. É importante destacar a parceria firmada com outros órgãos, como Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Ministério Público Estadual para atuar junto ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO, e com setores da própria Instituição como os Núcleos de Multas e Penalidades, de Operações Especiais, Delegacias e postos da Superintendência.

Dentre as ações destacaram-se:





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Em Fevereiro, combate a exploração sexual de criança e adolescente em parceria com o Conselho Tutelar local no município de Miranda do Norte/MA;

No mês de maio, as ações foram voltadas no combate ao funcionamento ilegal de máquinas caça-níqueis;

Ainda em maio, novas ações de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes foram efetuadas; desta vez no Município de São Luís, em parceria com a Procuradoria Regional Do Trabalho – 16ª Região;

A ABIN solicitou, em agosto, levantamentos de armas de fogo e munições que foram apreendidas no Estado pela PRF;

No mês de Setembro, as ações foram voltadas para o combate a crimes ambientais em Santa Inês e municípios vizinhos. Essas ações ocorreram em conjunto com a área operacional da PRF;

**2.4.1.1.11. ACÇÃO 4290 – ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Prestar atendimento pré-hospitalar e de resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como, demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.
<b>Descrição</b>	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a atendimento pré-hospitalar e de resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos, comandos de saúde nas rodovias, apoio de saúde às unidades e operações do DPRF, investigação relativa ao uso de álcool e outras drogas psicoativas por parte dos condutores dos veículos. Aquisição de material permanente e de consumo correlacionados às finalidades supracitadas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Saúde e Assistência Social
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Lejandre Monteiro



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Seção de Policiamento e Fiscalização
---	--------------------------------------

**2.4.1.1.12. RESULTADOS DA AÇÃO**

Mais uma vez os Comandos de Saúde nas Rodovias foram destaque dentre as ações direcionadas aos motoristas profissionais, pois, possibilitaram a verificação dos parâmetros de saúde através da realização de exames biométrico, de glicemia, de colesterol, de acuidade visual e de força motora, além da aplicação de vacinas contra doenças tropicais e infectocontagiosas, assim como, realização de palestras abordando temas relacionados à nutrição, doenças sexualmente transmissíveis e direção defensiva. Destaca-se a realização do Teste rápido de HIV no CSR de Caxias, bem aceito pelos caminhoneiros.

Foram realizados 03 eventos, que contaram com a parceria do Serviço Social do Transporte/Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SEST SENAT, Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, entidades não governamentais e empresas privadas, Universidades, entre outros.

Os resultados exigem a continuidade das ações pelo inestimável alcance social e benefícios ao trânsito e aos motoristas profissionais.

**COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS**

EVENTOS	QUANTIDADE	EFETIVO	
		PRF	PARCEIROS
Nacionais	03	48	118
Regionais	0	0	0
TOTAL	03	48	118

**QUADRO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS**

UNIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE
---------	----------	------------



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Cx	Fitas Reagentes Triglicérides	8
Cx	Fitas Reagentes Colesterol	8
Cx	Fitas Reagentes Glicemia	8
Cx	Lancetas	700
Um	Perfuro cortantes	4
Cx	Luvas de Procedimentos	2
Lt	Álcool-70	2
Und	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA	3

**QUADRO EVOLUTIVO DOS COMANDOS DE SAÚDE**

2010		2011	
EVENTOS	EXAMES	EVENTOS	EXAMES
<b>04</b>	<b>202</b>	<b>03</b>	<b>237</b>

**2.4.1.1.13. ACÇÃO 4641 – PUBLICIDADE E UTILIDADE PÚBLICA**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
<b>Descrição</b>	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como, a contratação para realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de utilidade pública.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Assessoria de Comunicação Social
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Afrânio Andrade



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Comunicação Social
---	------------------------------

**2.4.1.1.14. RESULTADOS DA AÇÃO**

Em mais um exercício, as atividades foram desenvolvidas mediante a participação institucional em programas de radiodifusão, televisivos e em matérias jornalísticas escritas para informar e orientar o público quanto às normas de trânsito e aos procedimentos que devem ser obedecidos e adotados para uma direção veicular segura, sendo enfocada a direção defensiva como principal fator de segurança.

As estatísticas de trânsito revelam que a grande maioria dos acidentes tem como fator determinante a falha humana, ou seja, a ação do condutor e do pedestre, motivo pelo qual as intervenções na mídia estiveram focadas nos condutores de veículos e nas orientações para evitar acidentes.

Não foi possível contratar campanhas publicitárias e pesquisas de opiniões, haja vista a indisponibilidade de recursos orçamentários, ficando a cargo da coordenação nacional da ação; entretanto, a Instituição foi visível à altura de sua importância.

O Núcleo de Comunicação Social, como responsável pela ação, é um dos mais estratégicos da Instituição, pois a representa em todos os meios de comunicação, demonstrando à sociedade as atividades que foram desenvolvidas ao longo do ano. Dentre as quais, podem-se destacar as seguintes:

- Inserção diária de notícias na INTRANET;
- Inserção de fotos e avisos no portal do DPRF;
- Divulgação massificada de todos os Comandos de Saúde nas Rodovias;
- Divulgação de trabalhos de educação para o trânsito em jornais e revistas, tais como: Jornal Pequeno, O Estado do Maranhão, O Imparcial e a Revista Informe Federal;
- Cerimonial da Posse da Superintendente da Regional;
- Entrevistas gravadas e ao vivo, no campo, em estúdios de televisões e rádios sobre os trabalhos realizados pela PRF;
- Elaboração e envio de *releases* à Imprensa;
- Envio de dados estatísticos de acidentes à Imprensa de forma periódica;



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Atualização do quadro de avisos institucional;

Encaminhamento de mensagens parabenizando os aniversariantes do mês;

- Envio de mensagens congratulando os policiais participantes de ações operacionais exitosas.
- Implantação do endomarketing, através de envio de mensagens, notícias e solicitação de sugestões e críticas ao público interno.

A falta de recursos orçamentários inviabilizou a aquisição de equipamentos e materiais de fundamental importância para a divulgação das ações institucionais, tais como notebook, câmera filmadora, câmera fotográfica com boa resolução, impressora colorida, *backdrops*, banner do novo brasão da PRF e assinatura de jornais locais impressos ou eletrônicos. Através de doação, foi disponibilizada uma câmera fotográfica Canon, com 8.0 mega pixels à pilha para uso deste Núcleo.

Destaca-se também como impedimento de um bom atendimento a imprensa e ao público em geral, a deficiência nas instalações físicas do Núcleo de Comunicação Social, apresentando goteiras, fios expostos, infiltrações, baixa conectividade, móveis danificado, constante ruído na linha telefônica fixa e indisponibilidade de telefone móvel. Quanto ao material humano, o núcleo funcionou durante todo o exercício de 2011, somente com um servidor, sem substituto, estagiário ou terceirizado.

Como ponto positivo, cita-se a disponibilização do acesso VPN (Virtual Private Network) ou Rede Privada Virtual, onde é possível acessar a intranet do DPRF fora dos ambientes institucionais. Viabilizando a consultas a sistemas corporativos e inserção de notícias de qualquer lugar onde se tenha conectividade. Ficando deficiente somente pela não aquisição do notebook, levando ao uso do equipamento pessoal do servidor.

Por fim, conclui-se que a ação foi bem sucedida ao limite da estrutura disponível, pois a Instituição esteve em evidência e cumpriu o seu papel de informar e orientar para o objetivo de difundir a doutrina da direção veicular preventiva e assim contribuir para um trânsito mais seguro.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.4.1.1.15. AÇÃO 86A1 – PROCESSAMENTO, REMUNERAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS DE TRÂNSITO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
<b>Descrição</b>	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até o recolhimento das multas aplicadas, tais como: locação de mão-de-obra, máquinas e equipamentos, contratação de empresas de processamento de dados e ou desenvolvimento de sistemas, envio de notificações e correspondências, apoio administrativo e financeiro as Comissões de Análise de Defesa da Autuação – CADA e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARI, pagamento de JETON às JARI's e outras decorrentes de convênios, como DETRANs. Pagamento de despesas decorrentes de convênios, acordos e contratos.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Multas e Penalidades
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Jerry Adriane Dias Rodrigues
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Multas e Penalidades

**2.4.1.1.16. RESULTADOS DA AÇÃO**

Durante o exercício foram cadastrados no Sistema de Multas a quantidade de autos de Infração demonstrada na tabela abaixo:



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>MÊS DA INFRAÇÃO</b>	<b>MEIO DE AUTUAÇÃO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	
Janeiro	Total	1904	
	Eletrônico	1094	
	Manual	810	
Fevereiro	Total	2000	
	Eletrônico	1174	
	Manual	826	
Março	Total	2939	
	Eletrônico	1671	
	Manual	1268	
Abril	Total	2169	
	Eletrônico	1271	
	Manual	898	
Maio	Total	2350	
	Eletrônico	1477	
	Manual	873	
Junho	Total	2175	
	Eletrônico	1349	
	Manual	826	
Julho	Total	2075	
	Eletrônico	1051	
	Manual	1024	
Agosto	Total	2753	
	Eletrônico	1068	
	Manual	1685	
Setembro	Total	2782	
	Eletrônico	1143	
	Manual	1639	
Outubro	Total	2827	
	Eletrônico	1122	
	Manual	1705	
Novembro	Total	3172	
	Eletrônico	1456	
	Manual	1716	
Dezembro	Total	3337	
	Eletrônico	1796	
	Manual	1541	
	<b>Total</b>	<b>QUANTIDADE E DE MULTA</b>	<b>VALOR NOMINAL - R\$</b>
	<b>Eletrônico</b>		
	<b>Manual</b>		



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>ANUAL</b>	A arrecadação realizada no exercício ocorreu por meio do próprio DPRF e através de boletos gerados pelos Departamentos Estaduais de Trânsito, resultando nos valores apresentados na tabela abaixo. A diferença entre o valor nominal das multas e o valor arrecadado se deve aos descontos legais concedidos, sendo 20% relativos aos pagamentos efetuados no prazo de vencimento estabelecido nas notificações das penalidades.			
	<b>MÊS DE PAGAMENTO</b>			
Janeiro	VALOR	1775	314.021,27	287.953,82
	PAGO			
	<b>R\$</b>			
Fevereiro		3531	638.619,91	558.638,09
Março		2597	499.873,58	470.429,94
Abril		2387	411.191,11	398.941,48
Maio		2690	487.364,28	474.314,74
Junho		2057	372.643,68	368.086,50
Julho		1410	259.088,14	258.134,65
Agosto		1255	227.567,67	227.335,59
Setembro		1091	206.613,63	203.533,95
Outubro		1373	240.783,56	229.982,70
Novembro		2195	387.417,45	376.744,18
Dezembro		1248	195.623,82	229.970,88
<b>TOTAL</b>		<b>23609</b>	<b>4,240,808,1</b>	<b>4,084,066,1</b>

Os valores arrecadados decorrentes de multas aplicadas pelo DPRF obedecem aos critérios definidos no convênio com o DENATRAN, em face da adesão ao sistema RENAINF.

A sistemática do RENAINF prevê que não devem existir repasses sobre os valores recolhidos mediante boleto gerado pelo DPRF, com exceção para o FUNSET, de acordo com a Lei nº 9503/2007 – CTB. Os valores arrecadados por meio de boletos gerados pelos Departamentos





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Estaduais de Trânsito são recebidos pelas instituições financeiras de relacionamento dos órgãos estaduais executivos de trânsito, cabendo ao DETRAN de matrícula do veículo e ao DENATRAN uma parte do valor de cada multa, devendo igualmente ser efetuado o repasse ao FUNSET, na ordem de 5% do valor recebido. Como a restituição dos valores é efetuada pelos órgãos executivos de trânsito estaduais mediante depósito bancário em GRU, diretamente na conta do tesouro, não é possível à Superintendência efetuar o controle dos repasses, ficando a CGA responsável por esse acompanhamento.

Quanto à análise de defesa de autuação de responsabilidade da CADA, dois servidores compõem a comissão, à disposição para a análise processual em sala localizada na sede da Superintendência, resultando na análise e no julgamento de 1780 processos no exercício.

A JARI-Junta Administrativa de Recursos de Infração foi nomeada através da Portaria nº 07/2011/DG/DPRF/MJ, de 08 de fevereiro de 2011 e realizou o julgamento de 1183 processos.

**2.4.1.1.17. AÇÃO 4526 – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
<b>Descrição</b>	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, trabalho escravo, tráfico de seres e órgãos, crimes ambientais, segurança de autoridades, dentre outros, por meio de ações de rotina e operações policiais especialmente desenvolvidas para este fim. Realização de operações policiais e especiais sistemáticas; execução de ações preventivas e especiais de combate à atuação de criminosos nas rodovias federais realizadas isoladamente ou integradas com outros órgãos, como Polícia Federal, Polícias judiciárias, Ministério Público, IBAMA, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Forças Armadas, dentre outros. Prestação de apoio a outros órgãos em ações que extrapolam os limites das rodovias federais.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Combate ao Crime
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Geovanni Bosco Farias Di Mambro
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Operações Especiais

**2.4.1.1.18. RESULTADOS DA AÇÃO**

**OPERAÇÕES REALIZADAS**

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>ORDEM DE MISSÃO – OM</b>
Realização de operações policiais especiais para combater crimes de tráfico de drogas, roubo de cargas, ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria.	OM 01; OM 03; OM 04; OM 06; OM 08; OM 11; OM 13; OM 14; OM 17; OM 23; OM 26; OM 30; OM 32; OM 33; OM 36; OM 37; OM 44; OM 46; OM 47; OM 48; OM 49; OM 50; OM 51; OM 53; OM 54; OM 55;
Realização de operações policiais especiais para combater crimes de exploração sexual infanto-juvenil.	OM 07; OM 12; OM 45
Realização de operações policiais especiais para combater crimes de trabalho escravo.	OM 42 ;OM 52;
Realização de operações policiais especiais para combater crimes ambientais.	OM 18 ;OM 24; OM 29; OM 3; OM 43; OM 40;
Realização de operações policiais especiais para realizar segurança de autoridades.	OM 09; OM 19; OM 39;
Realização de operações policiais especiais para realizar operação conjunta com outros órgãos.	OM 25; OM 27; OM 34; OM 35; OM 41;

O reduzido número de Policiais lotados no Núcleo de Operações Especiais foi uma das principais dificuldades enfrentadas, tendo em vista a grande demanda de serviços apresentadas à Unidade, sendo este núcleo reestruturado no segundo semestre, contribuindo para a realização das missões.

No que tange ao impacto humano no alcance dos objetivos, destaca-se a participação



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

da Unidade de maneira positiva, pois as atividades desenvolvidas pelos policiais nela lotados foram otimizadas, de modo que em muitas ocasiões os servidores desempenhavam concomitantemente diversas atribuições.

**2.4.1.1.19. AÇÃO 8692 – EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Aumentar a conscientização, a reeducação e a mudança cultural do cidadão relativas ao tema trânsito como forma de exercício de cidadania, inclusive desenvolvendo no cidadão um comportamento proativo a fim de diminuir o índice de acidentes e mortes nas rodovias federais
<b>Descrição</b>	Realização de palestras, seminários e outras atividades relacionadas à educação de trânsito, com enfoque no trânsito em rodovias. Pagamento de diárias e passagens e aquisição de material didático.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação de Ensino
<b>Coordenador nacional</b>	Armando Smompo – Chefe da Ditran
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	SPF/18ª

**2.4.1.1.20. RESULTADOS DA AÇÃO**

**EVENTOS EDUCATIVOS**

<b>EVENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PÚBLICO</b>
1º Festival Temático Teatro para o Trânsito	0	0
Palestras Educativas	6	650
Comandos Educativos	1	400
Ações Educativas – Feiras de ciências, passeatas com alunos	0	0
<b>PÚBLICO ATINGIDO</b>		<b>1050</b>



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

A Comissão Regional de Educação para o Trânsito da 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal foi formada através da Portaria nº 93, de 10 de agosto de 2011 e desde então nunca se reuniu em razão de seus membros responderem por outros Núcleos e Setores, tendo se esforçando para atender as demandas e solicitações advindas dos vários órgãos, entidades, sociedade e usuários da rodovia.

**2.4.1.1.21. ACÇÃO 2723 – POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como, contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
<b>Descrição</b>	<p>Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e feriados nacionais e regionais (aumento do fluxo de veículos e pessoas); prevenir e atender as ocorrências de acidentes de trânsito; combater as infrações e crimes de trânsito; executar escoltas, bem como, credenciar as empresas especializadas para tal fim; controlar o trânsito em situações excepcionais (queda de barreira, alagamentos, bloqueios, entre outros); credenciar as empresas especializadas para realização da Inspeção Técnica Veicular. Pagamento de diárias e passagens. Aquisição de formulários operacionais para as atividades acima. Adquirir e manter armas e sua munição correspondente, equipamentos e materiais para a fiscalização e controle de trânsito. Adquirir e manter equipamentos e materiais para atividade de cinotecnia. Aquisição e manutenção de etilômetros.</p> <p>Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários à atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e substituição de peças e componentes que comprometam a utilização dos equipamentos; bem como, com o provimento das demais medidas pertinentes à circulação dos veículos e aeronaves, tais como, registro, licenciamento, manuais, taxas, seguro e outras exigências previstas em legislação; outros serviços e fornecimento de materiais específicos (pintura, placas de sinalização, taxa pela prestação de serviços, outros).</p>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Coordenação Geral de Operações
<b>Coordenador nacional</b>	Coraci Ricardo Fernandes Vieira
<b>Responsável a nível local</b>	Seção de Policiamento e Fiscalização

**2.4.1.1.22. RESULTADOS DA AÇÃO**

A ação é abrangente, pois envolve todas as atividades finalísticas da Instituição decorrentes do policiamento ostensivo nas rodovias federais. Ainda que se tenham ações específicas relacionadas ao combate ao crime e ao monitoramento eletrônico, esta ação também contempla essas demandas através do caráter preventivo quanto à ocorrência de acidentes e ao combate aos crimes de trânsito. Por esta razão os resultados a seguir apresentados refletem a consequência da gestão das ações finalísticas institucionais.

**2.4.1.1.23. FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DAS RODOVIAS**

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>TOTAL</b>
Veículos fiscalizados	134191
Notificações por infrações de trânsito	30483
Notificações de velocidade com radar fotográfico	0
Veículos retidos ou recolhidos para regularização	1612
Documentos retidos	2062
CNH recolhidas	116
Auxílios aos usuários	375
Escolta / batedor	92
Animais recolhidos	168
Pessoas vítimas de acidentes socorridas	5



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.4.1.1.24. À CRIMINALIDADE**

**APREENSÕES RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE**

<b>PRODUTOS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Animais silvestres	Um	91
Carvão vegetal	m3	132
Madeira	m3	478
Pescados	Kg	2100
Outros	Um	11
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>Um</b>	<b>37</b>

**2.4.1.1.25. APREENSÕES DE DROGAS**

<b>DROGAS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Cocaína	G	4300
Maconha	G	126685
Destruição de pés de maconha	Um	0
Merla	G	0
Haxixe	Um	0
Lança perfume	Um	0
Outras	Um	14
Diversas	G	16000
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>Um</b>	<b>20</b>

**2.4.1.1.26. APREENSÕES DE ARMAS E MUNIÇÕES**

<b>TIPOS DE ARMAS E MUNIÇÕES</b>	<b>TOTAL</b>
----------------------------------	--------------



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Revólver	23
Pistola	9
Espingarda	3
Fabricação caseira	9
Total de armas de fogo	44
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	
Munição calibre 22/32	13
Munição calibre 38	131
Munição calibre 380	144
Outras munições	27
Total de munições	315
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>29</b>

**2.4.1.1.27. DE CONTRABANDO**

<b>MERCADORIAS</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
CD/VHS/DVD	Um	0
Cigarro	Pacotes	0
Equipamentos eletrônicos	Um	0
Medicamentos	Um	0
Outras	Um	1000
<b>TOTAL</b>	<b>Um</b>	<b>1</b>

**2.4.1.1.28. ATUAÇÕES EM DEFESA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>TOTAL</b>
Crianças e adolescentes vítimas de crimes	2
Total de ocorrências	1
Pessoas detidas por crimes contra menores	1



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Adolescente apreendido	0
Total de ocorrências de infração de menores	2
Pessoas envolvidas	3
Pessoas detidas	1

**2.4.1.1.29. OUTROS CRIMES COMBATIDOS**

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>TOTAL</b>
Falsificação de documentos	35
Saque à carga	1
Trabalhador libertado	0
Veículos recuperados	46
Crimes diversos	53
Crimes de trânsito	129
<b>TOTAL DE OCORRÊNCIAS</b>	<b>287</b>

**2.4.1.1.30. DETENÇÃO DE PESSOAS**

<b>CRIMES PRATICADOS</b>	<b>TOTAL</b>
Assaltos a cargas	6
Assaltos a ônibus	5
Estrangeiros sem visto	0
Mandados de prisão	37
Roubo e furto de veículos	24
Tráfico de entorpecentes	20
Contrabando e descaminho	14
Trânsito	153
Ambientais	22





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Outros	166
<b>TOTAL</b>	<b>447</b>

**2.4.1.1.31. RESULTADOS ADVERSOS**

**•RELACIONADOS A CRIMES DIVERSOS**

<b>CRIMES PRATICADOS</b>	<b>TOTAL</b>
Assaltos a veículos de cargas	11
Assaltos a ônibus	5
Assaltos a táxi	0
Assaltos a veículos particulares	1
Crimes contra a vida e o patrimônio	11

**• RELACIONADOS A ACIDENTES DE TRÂNSITO**

<b>OCORRÊNCIAS</b>	<b>TOTAL</b>
Acidentes sem vítimas	1564
Acidentes com feridos	1198
Acidentes com mortes	253
Ignorado	27
<b>TOTAL DE ACIDENTES</b>	<b>3042</b>
Feridos	2135
Mortes	311
<b>TOTAL DE VÍTIMAS</b>	<b>2446</b>

Verifica-se que no ano de 2011 a Instituição manteve a realização dos trabalhos em diversas frentes de atuação com o propósito de proporcionar segurança pública nas rodovias federais, através de ações educativas, preventivas e repressivas, buscando reduzir o número de



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

acidentes e combater os mais diversos tipos de crimes e preservar o meio ambiente.

A Instituição, por meio do policiamento ostensivo rodoviário nos trechos de maior densidade de tráfego e de maior incidência de crimes, desenvolveu ações de fiscalização para combater a imprudência como principal causa de acidentes e mortes, visto que a maioria das ocorrências acontece em pistas com boas condições de tráfego.

## 2.5. ACÇÃO 8703 – ATIVIDADE CORREICIONAL

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Atuar de modo a contribuir com o aprimoramento constante dos serviços prestados à sociedade pelos servidores do DPRF e assegurar o cumprimento das leis e normas que disciplinam a conduta desses servidores, por meio de um conjunto de ações correicionais preventivas, investigatórias e apuratórias.
<b>Descrição</b>	Apuração de denúncias, visitas preventivas, palestras. Pagamento de diárias e passagens para corregedores.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Corregedoria Geral
<b>Coordenador nacional da ação</b>	
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Afonso Pio Lima Furtado

### 2.5.1. RESULTADOS DA ACÇÃO

A área disciplinar da Regional, representada pela Corregedoria Regional, iniciou-se exercício de 2011, com a carga de **171 (cento e setenta e um) Processos**, terminando o período com **67 (SESSENTA E SETE) Processos sob a carga da CR**, dentre os quais **18 (dezoito) PAD e 4 (quatro) SAD, encontram-se em andamento; 7 (sete) aguardando instauração, 25 (vinte e cinco) em diligências preliminares, 13 (treze) em análise de admissibilidade**, dados estes



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

extraídos do Relatório Correicional em data de 31 de dezembro de 2010.

Vale ressaltar, desde logo, que o número inicialmente constante no período, possui em seu bojo, processos de diversas naturezas, não sendo eminentemente processos disciplinares de cunho formal, pois, embora noticiem possíveis irregularidades no âmbito da Regional, ainda carecem de prévia instrução, análise e deliberação, para que tome a natureza disciplinar em sentido estrito.

Destaca-se que no decorrer do exercício de 2011, foram arquivados por falta de objeto 112 (cento e doze) processos, e 14 processos instaurados foram concluídos, sendo 13 (treze) arquivados sem punição e 1 (um) com punição sendo o total de **36 (trinta e seis) Procedimentos disciplinares formais foram instaurados**, dentre os quais, 29 (vinte e nove) processos administrativos disciplinares, 5 (cinco) sindicâncias acusatórias e 2 (duas) sindicâncias investigativas. Onde 16 (dezesesseis) servidores foram investigados e absolvidos, dentre os quais 2 (dois) deixaram de ser punidos com advertências, em virtude do advento da prescrição da ação disciplinar e apenas 1 (um) servidor foi punido com demissão dos quadros da PRF.

No início do período, 18 (dezoito) PAD e 4 (quatro) sindicâncias encontram-se em andamento, e 2 (dois) permaneceram sobrestados (suspensos) em virtude de ordem judicial.

A título estatístico, foram autuadas 24 (vinte e quatro) denúncias, com a média de 2 (duas) autuações por mês.

Demonstra-se no gráfico a seguir em números absolutos um panorama da demanda processual da CR no ano de 2011, em cotejo com as denúncias autuadas, mês a mês, veja-se:

**FATORES QUE CONTRIBUÍRAM COM O RESULTADO:**

**AÇÕES PREVENTIVAS e REPRESSIVAS e a DEVIDA ANÁLISE PRÉVIA DE PROCESSOS:**

A primeira ação citada foi o “carro chefe” da CR, dando ênfase às diversas medidas adotadas pela Unidade Correicional da Regional para se evitar a aumento de denúncias, cujas ações foram acertadamente sincronizadas com a nova postura da Unidade Central (Corregedoria-Geral), que editou no mês de janeiro de 2011, uma Instrução Normativa nº 002, no dia 29, cujo teor regulamenta as ações de CORREGEDORIA PREVENTIVA relacionadas aos institutos de



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Acompanhamento Geral de Serviço – AGS, Compromisso de adequação funcional – CAF e Estímulo a Boa Conduta - EBC, no âmbito do DPRF.

Na referida norma interna, destaca-se a criação de mecanismo mais eficazes e céleres de acompanhamento gerencial de serviço e ao policial, por parte de suas respectivas chefias imediatas através do Relatórios de Avaliação Gerencial - RAG, assim como o caráter supervisional da Corregedoria Regional através de visitas correicional, através dos respectivos Relatórios de Visita Correicional – RIC, previamente padronizado pela aludida norma.

Na prática a Unidade Correicional realizou o total de 67 (sessenta e sete) visitas correicionais realizadas em toda a circunscrição, onde 349 (trezentos e quarenta e nove) servidores foram alcançados por visitas em seus locais de trabalho, ou participaram de reuniões setoriais nas delegacias, bem como, de palestras de cunho preventivo realizada diretamente pela Corregedoria.

Embora as ações tenham se voltado para a prevenção das ocorrências, também foram realizadas ações REPRESSIVAS, onde a Corregedoria Regional participou de forma indireta (ações de inteligência correicional) de 3 (três) grandes operações de corregedoria no Estado de cunho, em parceria com o órgão central (Corregedoria-Geral do DPRF), resultando na prisão de 3 (três) servidores, na prática de concussão os quais respondem a processo administrativos disciplinares de natureza grave, que ainda estão em curso.

Destacam-se as ações correicionais realizadas na Delegacia de Santa Inês, no Posto PRF do mesmo nome, onde era constantemente constatada, por longas datas, uma incidência de denúncias de corrupção e outros delitos de natureza grave, bem como uma ineficiência e/ou inação por parte da chefia local, motivando concentrar ações mais expressivas nessa subunidade, se culminando em a Unidade Correicional solicitar a intervenção da aludida Delegacia, sob os seguintes auspícios:

**Resumo dos argumentos apresentados pela CR substanciais e urgentes medidas de mudança - Memorando nº 087/2011-CR, enviado a Superintendência:**

*... 2. Considerando que tais fatos se materializaram após ação de mapeamento da situação através de um trabalho de inteligência correicional, no âmbito da citada Delegacia, em conjunto com a Corregedoria-Geral, pelo qual, apontou indícios que convergem para supostas práticas sistematizada de corrupção*



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

*administrativa por quase todo o efetivo local;*

*3. Considerando que nas últimas Inspeções Correicionais realizadas no local, foi observada gestão administrativa ineficiente, omissa e despreparada para enfrentar as diversas situações de precariedade administrativa, inclusive acirrada pelo longo tempo de gestão frente àquela unidade local, o que obstaculiza uma atuação esmerada e necessária;*

*4. Considerando ser a aludida Unidade Regional foco de constantes denúncias e reclamações de usuários, nos meios disponíveis pelo DPRF, a exemplo do "Portal Ouvidoria", bem como pelos meios de comunicações de massa, as quais também convergem para as citadas práticas delituosas;*

*5. Considerando ainda, a atual mudança de gestão da 18ª SRPRF/MA, onde se faz necessária uma atuação técnica apropriada para cada caso, com realocação, inclusive de pessoal, principalmente nos locais onde se apresentam maiores índices de ineficiência de gestão administrativa e operacional;*

*6. Sugerimos a Vossa Senhoria a indicação de nova gestão administrativa para a 2ª Delegacia da 18ª SRPRF/MA, em caráter de URGÊNCIA, com intervenção IMEDIATA, a fim de dar um resposta plausível e proporcional para a situação apresentada, se possível com a indicação de servidor alheio a 2ª Delegacia...*

Da mesma forma mapeou-se foco de irregularidade contudentes no Posto PRF localizado no município de Barão de Grajaú, onde ali foi também realizadas ações de inteligência correicional, culminando com a prisão de 2 (dois) servidores policiais, e teve como consequência o fechamento do Posto PRF, após tratativas com a prefeitura local.

Quanto a ANÁLISE PREVIA DE PROCESSOS, a Corregedoria continuou no ano de 2011 a utilizando-se o instituto denominado Instrução Preliminar – IP, meio hábil, célere, menos oneroso e burocrático de apuração das supostas irregularidades, devidamente normatizado, pelo órgão central.

Através desse instituto prévio de apuração de notícias de irregularidades no serviço público desenvolvido pela PRF, utilizou-se, com a devida cautela, o que permitiu o Enunciado CGU nº 04, publicado na Seção 01, página 22 do Diário Oficial da União do dia 05/05/2011, para a verificando se há ocorrência prescricional e a conveniência da deflagração de procedimento disciplinar, atentando-se ao princípio da eficiência, onde os atos públicos devem ser eficientes, plenos, terem utilidade em sua execução, ou seja, verificando a conveniência e oportunidade nas



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

instaurações de processos já alcançado pela prescrição que se amontoavam desde os anos anteriores.

Destaca-se ainda como ação correicional uma nova estrutura organizacional de serviço com a criação de Gerência de Acompanhamento Processual – GECAP, onde se concentra as ANÁLISES TÉCNICA DE TODOS OS PROCESSOS SOB A CARGA DA CORREGEDORIA, seja como nota prévia para se verificar a admissibilidade da denúncia, seja para subsidiar as linhas de apuração que melhor se adeque para cada caso concreto, e ainda avaliar a forma e o mérito dos trabalhos realizados na instrução processual, pelas comissões processantes e sindicantes, após a desenvoltura dos trabalhos apuratórios, onde foram elaboradas o total de 116 (cento e dezesseis) peças opinativas denominadas “informação”, por força do artigo 50 da Instrução Normativa nº 01, que serviu de suporte técnico para a análise de admissibilidade nos diversos processos sob a carga da Unidade.

Com todo esse conjunto de ações correicionais, o exercício de 2011 findou, como já mencionado, com 67 (cento e setenta) processos sob a carga da Unidade Correicional, e até a presente data, mesmo havendo algumas novas autuações (entrada de processos), alcança-se a marca de 56 (CINQUENTA E SEIS) PROCESSOS.

Destacamos, por fim, que no planejamento estabelecido com a Unidade Central, para 2012, firmou-se meta de redução de 10% nas denúncias, o que representa em números absolutos o valor de menos três denúncias, bem como a redução de 30% no passivo processual, representado por menos vinte e um processos no ano de 2012.

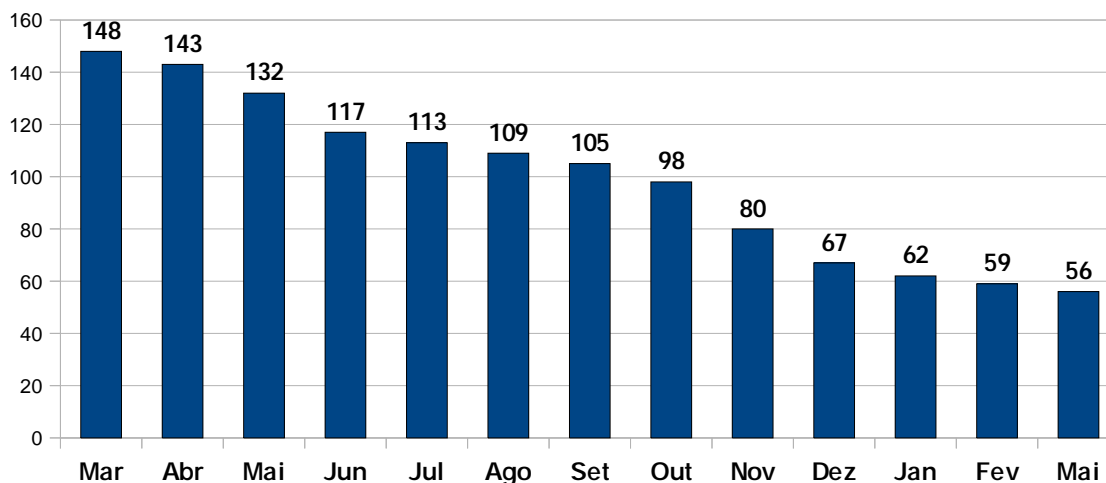
Veja-se o gráfico de março de 2011 a março de 2012, hoje encontrado na Regional e a respectiva listagem do estágio atual dos processos constante no Relatório Correicional da Corregedoria da PRF no Maranhão:

## **2.5. 2. GRÁFICO**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

DEMONSTRATIVO DE QUANTIDADE DE PROCESSO DE MARÇO DE 2011 A MARÇO DE 2012



**2.5.3. LISTAGEM DA DEMANDA PROCESSUAL EXISTENTE – MARÇO 2012**

<b>Sq</b>	<b>Nº Processo</b>	<b>Situação Atual</b>
1	08.665.001.005/2001	Em investigação preliminar
2	08.665.002.049/2002-65	Em análise - exame de admissibilidade
3	08.665.003.055/2003	Instaurado – PAD
4	08.665.000.335/2003	Em investigação preliminar
5	08.665.000.476/2002	SAI, SAD ou PAD aguardando análise de mérito
6	08.665.000.522/2003	Instaurado – Sindicância Acusatória
7	08.650.002.476/2003-93	Instaurado – PAD
8	08.665.000.333/2004	Aguardando instauração – PAD
9	08.665.000.819/2004	Em investigação preliminar
10	08.665.000.314/2005	Instaurado – PAD
11	08.665.001.948/2005-93	SAI, SAD ou PAD aguardando julgamento no Superintendente ou CG
12	08.665.000.289/2007-30	Instaurado – PAD
13	08.665.000.984/2007-00	Instaurado – PAD
14	08.665.001.329/2007-61	Instaurado – PAD



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

15	08.665.001.809/2007-21	Em investigação preliminar
16	08.665.000.537/2008-23	Em investigação preliminar
17	08.665.001.180/2008-09	Em investigação preliminar
18	08.665.001.578/2008-37	Instaurado – PAD
19	08.665.002.057/2008-05	Em análise - exame de admissibilidade
20	08.665.002.495/2008-65	Em investigação preliminar
21	08.665.002.636/2008-40	Em análise - exame de admissibilidade
22	08.665.002.706/2008-60	Instaurado – PAD
23	08.665.002.828/2008-56	Em investigação preliminar
24	08.665.000.180/2009-64	Em investigação preliminar
25	08.665.000.895/2009-17	Em análise - exame de admissibilidade
26	08.665.001.482/2009-50	Em investigação preliminar
27	08.665.001.534/2009-98	Aguardando instauração – PAD
28	08.665.002.127/2009-06	Em investigação preliminar
29	08.665.002.130/2009-11	Em investigação preliminar
30	08.665.002.249/2009-94	Em investigação preliminar
31	08.665.002.843/2009-85	Instaurado – PAD
32	08.665.003.075/2009-87	Em investigação preliminar
33	08.665.000.159/2010-01	Em investigação preliminar
34	08.665.000.160/2010-27	Em investigação preliminar
35	08.665.000.406/2010-61	Em investigação preliminar
36	08.665.000.963/2010-81	Instaurado – PAD
37	08.665.002.091/2010-96	Instaurado – PAD
38	08.652.000.439/2011-31	Instaurado – PAD
39	08.665.000.526/2012-20	Instaurado – PAD
40	08.665.000.768/2011-32	Instaurado – PAD
41	08.665.000.866/2011-70	Instaurado – PAD
42	08.665.001.134/2011-52	Em investigação preliminar
43	08.665.001.135/2011-41	Em análise - exame de admissibilidade
44	08.665.001.392/2011-83	Instaurado – PAD
45	08.665.001.431/2011-42	Instaurado – PAD
46	08.665.001.896/2011-01	Instaurado – PAD

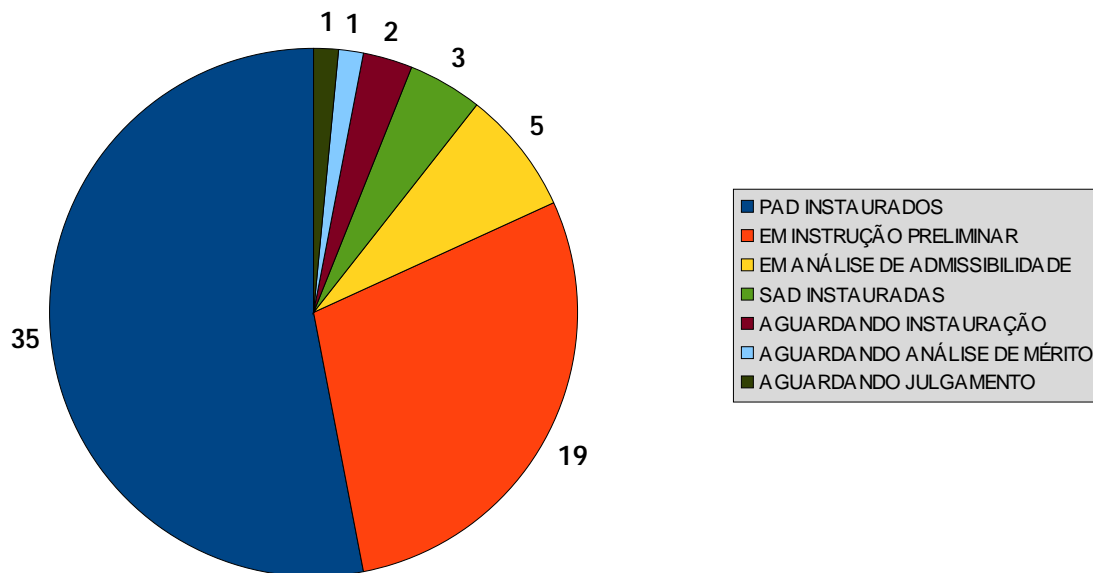




**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

47	08.665.0001.928/2011-61	Instaurado – PAD
48	08.665.002.380/2011-76	Instaurado – PAD
49	08.665.002.621/2011-87	Instaurado – PAD
50	08.665.002.910/2011-86	Instaurado – PAD
51	08.665.002.926/2011-99	Em investigação preliminar
52	08.665.002.955/2011-51	Instaurado – Sindicância Acusatória
53	08.665.002.995/2011-01	Instaurado – PAD
54	08.665.002.996/2011-47	Instaurado – PAD
55	08.665.003.130/2011-53	Instaurado – PAD
56	08.665.002.153/2011-41	Instaurado – Sindicância Acusatória

**GRÁFICO POR SITUAÇÃO**





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.6. PROGRAMA 1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

<b>Tipo de programa</b>	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
<b>Objetivo geral</b>	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas destinadas à segurança pública
<b>Gerente de programa</b>	Maria Alice Nascimento Souza
<b>Gerente Executivo</b>	Ricardo Max de Oliveira Pereira
<b>Indicadores parâmetros</b> ou	Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas
<b>Público Alvo</b>	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais

O programa foi concebido para dotar a Instituição dos meios necessários à execução eficiente de suas atividades finalísticas, através da adequação das instalações físicas das unidades operacionais, aquisição de logística material, desenvolvimento de tecnologias relacionadas a sistemas de informações para o monitoramento e fiscalização do trânsito na malha rodoviária federal.

**2.6.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA**

**2.6.1.1. AÇÃO ID49 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Aquisição de um imóvel para instalação da Sede Central do



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

	Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
<b>Descrição</b>	Aquisição de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam às necessidades administrativas do DPRF, com área útil de 10 mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unidade Central, através de instalações adequadas para o desenvolvimento de suas atividades e atendimento à sociedade.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Planejamento e Projeto de Infraestrutura
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Givaldo Medeiros da Silva
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Não há. Ação Centralizada

**2.6.1.2. RESULTADOS DA AÇÃO**

Ação não implementada em ambiente regional, pois se trata da construção da sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal em Brasília-DF.

**2.6.1.3. AÇÃO 200G - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Prover a estrutura organizacional do DPRF de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas. Atender às novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, gerando condições físicas favoráveis à melhor aplicabilidade e representatividade do Estado em todas as Regiões Brasileiras, sob um foco estratégico.
<b>Descrição</b>	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública do Governo, com o objetivo principal de representar e exercer, efetivamente, o Poder de Polícia nas diversas áreas do país.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Planejamento e Projeto de Infraestrutura
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Rommel Brandão
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Serviços Gerais

#### **2.6.1.4. RESULTADOS DA AÇÃO**

No exercício foi cumprida a meta estabelecida no planejamento de infraestrutura relativa às reformas das unidades operacionais localizadas em São Luís, Caxias e Imperatriz, conforme planilha abaixo, dotando assim essas unidades de estrutura mínima para atender aos servidores e também à sociedade.

<b>CONTRATO</b>	<b>OBJETO</b>	<b>VALOR - R\$</b>
<b>15/2010</b>	Reforma e Ampliação do Posto da Del.18/1-	<b>186.687,10</b>



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

	Pedrinhas	
<b>14/2010</b>	Reforma e Ampliação do Posto da Del.18/3- Caxias	<b>233.848,45</b>
<b>13/2010</b>	Reforma e Ampliação do Posto da Del.18/4- Imperatriz	<b>433.845,39</b>
<b>TOTAL R\$</b>		<b>854.380,94</b>

**2.6.1.5. AÇÃO 8623 - REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
<b>Descrição</b>	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando às necessidades do órgão, no que tange ao desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando as condições de infraestrutura dos imóveis repassados pelo antigo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens, as novas demandas na área de Segurança Pública e a Instrução Normativa nº 10/DG/DPRF/MJ.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Planejamento e Projeto de Infraestrutura
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Rommel Brandão
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Serviços Gerais

**2.6.1.6. RESULTADOS DA AÇÃO**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Ação não implementada em ambiente regional, tendo em vista não ter havido dotação orçamentária para essa finalidade, tendo em vista a publicação do Decreto nº 7.446/2011 que restringiu os gastos no âmbito da Administração Pública Federal.

Devido a problemas de contingência de pessoal para a realização de licitações, não foi possível realizar a manutenção das unidades operacionais. Porém foram assegurados os recursos e os mesmos já foram disponibilizados no presente exercício.

Já foram contratados os projetos executivos para reforma e ampliação de todas as unidades operacionais da 18ª SRPRF, e estaremos aguardando apenas a descentralização das disponibilidades orçamentaria para deflagarmos o processo licitatório para contratação de empresa para execução das obras.

**2.6.1.7. AÇÃO 1835 – IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, agilizando e facilitando a comunicação com a Polícia Rodoviária Federal.
<b>Descrição</b>	Aquisição e instalação de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia operacionais. Aquisição e implantação de programas e equipamentos voltados para a segurança da rede de dados e dos sistemas de comunicação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Telecomunicações
<b>Coordenador nacional</b>	Ednilson Bruno
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Telemática

#### **2.6.1.8. RESULTADOS DA AÇÃO**

Para o bom atendimento à sociedade, bem como maximizar os resultados a serem obtidos pelo DPRF, a unidade está equipada com uma rede de comunicação de dados e voz representada pelos seguintes sistemas:

**INFOSEG:** Sistema que disponibiliza informações de Justiça e Segurança Pública através de uma rede privativa em âmbito nacional. O sistema é uma ferramenta amplamente utilizada pelos órgãos de Segurança Pública, pois integra nacionalmente as informações de indivíduos com mandados de prisão não cumpridos, processos e inquéritos criminais, dados sobre veículos, condutores, armas registradas ou apreendidas pela Polícia Civil, Polícia Federal ou pela Justiça Criminal;

**BR BRASIL:** Ferramenta tecnológica com a finalidade de otimizar as ações de policiamento e fiscalização, bem como, consolida o banco de dados de acidentes;

**ALERTA:** De auxílio no combate ao roubo e furto de veículos;

**SISTEMA DE MULTAS:** Visa garantir a efetiva imposição da penalidade, observando os prazos e rotinas previstas em lei. Todos estes dados são integrados e compartilhados por meio da rede da Polícia Rodoviária Federal, através do sistema frame relay, que interliga os computadores dos postos, das sedes das delegacias, da sede da Superintendência e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

**VOIP:** Sistema de comunicação de voz através das estações de trabalho, com



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

diminuição sensível das despesas com telefonia fixa convencional.

Com adoção do sistema de transmissão de dados é possível através dos equipamentos EDAs, a realização de consultas on line de veículos, pessoas, documentos, aplicação de multas a infratores e também de comunicação de voz, entre outros através do sistema móvel, operado pela empresa VIVO.

Importante salientar que as aquisições de novos computadores só aconteceram no final do exercício para recebimento em 2012, resultando em dificuldades na operacionalização dos sistemas em algumas unidades. Apesar de as aquisições terem sido em número insuficiente para atender à demanda, a chegada dos equipamentos irão minimizar, sobremaneira, as dificuldades atualmente vivenciadas.

**2.6.1.9. AÇÃO 200C – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA**

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
<b>Descrição</b>	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Patrimônio
<b>Coordenador nacional</b>	Henrique Lima





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Patrimônio e Material
---	---------------------------------

**2.6.1.10. RESULTADOS DA AÇÃO**

Houve a aquisição de 06 (seis) viaturas caracterizadas e que foram distribuídas: 01 (um) MMC/Pajero e 01 (uma) GM/Blazer para a Delegacia 18/1, 01 (uma) MMC/Pajero para a Delegacia 18/2, 01 (uma) Nissan para a Delegacia 18/3, 01 (uma) Nissan para a Delegacia 18/5 e 01 (uma) Nissan para o NOE.

Viaturas descaracterizadas: 01 (um) Sentra para a Corregedoria Regional e 01 (um) Ford/Fusion para uso do Gabinete.

Houve a transferência de 01 (um) microônibus Volare para a 19ª SRPRF/PA.

É imprescindível que em 2012 a Unidade Central da Instituição viabilize recursos para a aquisição de novas viaturas, considerando estas serem a principal ferramenta de trabalho da Instituição. Ressalte-se que a Unidade não elabora planejamento relativo à aquisição de viaturas, cuja responsabilidade está centralizada na CGA.

**2.6.1.11. AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

<b>Tipo</b>	Projeto
<b>Finalidade</b>	Manter e modernizar os sistemas e equipamentos de telecomunicação e informática, propiciando o efetivo funcionamento, sem interrupções, dos sistemas de Tecnologia da Informação do DPRF a fim de proporcionar à sociedade, o acesso contínuo aos serviços e informações sobre rodovias, multas e



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Descrição</b>	Reforma, modernização e manutenção de torres de comunicação e repetidoras. Manutenção da rede de dados e telefonia do órgão. Manutenção dos sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação sistemas. Manutenção dos equipamentos de informática. Suprimentos de Informática. Pagamento de diárias e passagens para a equipe técnica. Contratação de empresas e consultorias especializadas para analisar as demandas e desenvolver projetos de melhoria dos sistemas. Desenvolvimento de sistemas computacionais para utilização pela sociedade para obter informações sobre processos, condições de rodovias, acidentes, estatísticas, consulta de infrações, comunicação de roubo e furto de veículos, emissão de autorizações, etc.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Telecomunicações
<b>Coordenador nacional</b>	Ednilson Bruno
<b>Responsável local</b>	Núcleo de Telemática

**2.6.1.12. RESULTADOS DA AÇÃO**

Para a manutenção de funcionamento dos equipamentos e materiais de informática foi mantido contrato 07/2009, com empresa especializada nos serviços de manutenção de materiais e equipamentos de informática, garantindo assim um funcionamento mínimo da rede de comunicação.

Conforme previsão contratual os sistemas de comunicação e transmissão de dados, voz telefonia e internet são manutenção ininterrupta e, portanto tem assistência 24 h por dia com as



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

empresas detentoras dos respectivos contratos.

Não foram feitos investimentos em torres de comunicação via rádio, devido a não transferência de recursos orçamentários.

**2.6.1.13. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO**

<b>Tipo de programa</b>	Apoio Administrativo
<b>Objetivo geral</b>	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
<b>Gerente de programa</b>	Não existe
<b>Gerente Executivo</b>	Não existe
<b>Indicadores parâmetros</b> ou	Não existe
<b>Público Alvo</b>	Governo

Responsável em prover a Unidade dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

**2.6.1.14. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA**

**2.6.1.15. AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Descrição</b>	<p>Esta ação constitui a agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas à determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Planejamento Orçamentário
<b>Coordenador nacional</b>	Erinaldo Rodrigues Roberto
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Seção Administrativa e Financeira



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.6.1.16. RESULTADOS DA AÇÃO**

Os recursos orçamentários transferidos para a Unidade foram suficientes para o pagamento das despesas decorrentes dos contratos firmados com empresas para terceirização de serviços. Quanto à aquisição de bens materiais será necessário um incremento no exercício de 2012, tendo em vista que alguns materiais não foram adquiridos devido à indisponibilidade de recursos.

No exercício em análise a Unidade realizou despesas para manter e adquirir serviços e materiais que estão discriminados nas tabelas a seguir:

**DESPESAS REALIZADAS DECORRENTES DE CONTRATOS**

<b>Nº CONTRATO</b>	<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALOR ANUAL - R\$</b>
02/2011	Manutenção de viaturas	83.871,48
05/2008	Combustível para viaturas	376.929,25
06/2009	Limpeza e manutenção predial	317.943,82
04/2005	Telefonia fixa	129.810,13
04/2010	Segurança patrimonial	458.029,65
01/2011	Serviço postal SEDEX	10.742,53
06/2008	Serviço postal MALOTE	7.318,06
05/2006	Telefonia móvel celular	23.400,07
04/2008	Telefonia móvel PDA´s	8.783,48
01/2006	Fornecimento de água	20.485,78
02/2006	Fornecimento de energia elétrica	285.530,95
	Locação de imóveis	43.000,00
08/2009	Serviço de apoio administrativo	252.835,33
Xxxxxx	Publicação de atos na Imprensa Nacional	4.889,57
03/2005	Serviço fixo de comunicação de dados	558.552,59
Xxxxxx	Diária administrativa	502.256,53
07/2008	Serviços de eletrônica	28.293,95



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

05/2009	Aquisição de bilhetes de passagem aérea para servidores	81304,75
---------	---	----------

**OUTRAS DESPESAS REALIZADAS PARA AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>VALOR - R\$</b>
Aquisição de cadeiras fixas e giratórias para a 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	20.705,76
Aquisição de material de consumo para atender necessidade da Unidade	2.066,00
Aquisição de material de nobreak para esta 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	1.460,00
Aquisição de viaturas para esta 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal	644.450,00
Aquisições de materiais eletrônicos	15.141,82
Aquisição de bebedouros para esta 18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.	4.979,00
Aquisição de câmeras filmadoras e transmissor de áudio para esta 18ªSRPRF/MA.	1.979,85
Aquisição de fogões de piso 4 bocas para esta 18ªSRPRF/MA.	3.880,50
Aquisição de palete para esta 18ªSRPRF/MA.	3.825,00
Aquisição de pneus para esta 18ªSRPRF/MA.	26.144,00
Aquisição de materiais hospitalares para o Comado de Saúde desta 18ªSRPRF/MA.	3.874,42
Confecção de impressos	9.516,00
Aquisição de acessórios para radar	2.631,00
Aquisição de bocais descartáveis para etilômetros desta 18ªSRPRF/MA.	13.900,00
Aferição de radar	1.440,00
Manutenção corretiva em para-raios	7.771,50
Aquisição de mesas para 18ªSRPRF/MA.	7.735,00
Contratação de empresa para serviços corretivos e manutenção de aparelhos de ar condicionado na Sede da 18ª Superintendência.	7.920,00
Aquisição de resmas de papel A4 para 18ªSRPRF/MA.	5.100,00
Manutenção nas instalações prediais da Sede da Unidade com pintura interna de paredes, dos Postos de Vargem Grande e Santa Inês.	22.806,35
Aferição de etilômetro	10.846,00



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.6.1.17. AÇÃO 2003 – AÇÕES DE INFORMÁTICA**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Proporcionar recursos relacionados à área de informática que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal
<b>Descrição</b>	Despesas relacionadas com informática, como apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; serviços de atendimento e manutenção na área de informática; desenvolvimento de aplicações na área de informática; manutenção de equipamentos de informática; contratação de serviços de qualquer natureza na área de informática (consultoria, infraestrutura e serviços); locação e aquisição de equipamentos de informática; aquisição de materiais de consumo na área de informática e <i>softwares</i>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	DITEL
<b>Coordenador nacional</b>	Edinilson Bruno
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Núcleo de Telemática

**2.6.1.18. RESULTADOS DA AÇÃO**

O principal representante do resultado da ação foi a vigência do contrato de



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

manutenção de equipamentos de informática que foi responsável pela despesa no valor de R\$ 28.293,95 ( Vinte e oito mil, duzentos e noventa e três reais, noventa e sete centavos). Houve, também, a aquisição de equipamentos de informática no final do exercício que serão utilizados no ano subsequente, com instalação de computadores novos em todos os postos e sedes das Delegacias e Superintendência, máquinas filmadoras e fotográficas para uso diário em atendimento a acidentes bem como uso de serviços de corregedoria e inteligência.

**2.6.1.19. ACÇÃO 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Saúde e Assistência Social
<b>Coordenador nacional</b>	Getúlio Câmara
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Seção de Recursos Humanos

**2.6.1.20. RESULTADOS DA ACÇÃO**

Não há nenhuma atividade institucional da superintendência com a finalidade de atingir o objetivo desta Acção, que se restringe tão somente em pagar o auxílio per capita (uma





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

parcela indenizatória paga àquele que tenha plano de saúde) para o servidor e seus dependentes a fim de viabilizar que ele tenha condições de manter a saúde sua e de seus dependentes.

Durante o ano de 2011 foram dispendidos R\$ 808,075,00 (oitocentos e oito mil e setenta e cinco reais) para os servidores.

**2.6.1.21. AÇÃO 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
<b>Descrição</b>	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Cadastro
<b>Coordenador nacional</b>	Alecsander Dias Tavares Reis
<b>Responsável a nível local</b>	

**2.6.1.22. RESULTADOS DA AÇÃO**

Esta Ação consiste ao pagamento do auxílio pré-escolar aos servidores que cumprem os requisitos do Decreto 977/93.

Foram dispendidos R\$ 52.404,00 (cinquenta e dois mil e quatrocentos e quatro reais) para o cumprimento desta Ação.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.6.1.23. AÇÃO 2011 – AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001
<b>Descrição</b>	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Cadastro
<b>Coordenador nacional</b>	Alecsander Dias Tavares Reis
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Não há. Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional

**2.6.1.24. RESULTADOS DA AÇÃO**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Ação desenvolvida pelo pagamento de auxílio transporte aos servidores contemplados pelo Decreto e que cumpram o requisito estipulados por aquele ato normativo.

Nesta unidade regional, durante o exercício de 2011, foram pagos R\$ 10.416,72 (dez mil e quatrocentos e dezesseis reais e setenta e dois centavos) a título de auxílio transporte, sendo que foram descontados R\$ 1.410,84 (um mil, quatrocentos e dez reais e oitenta e quatro centavos) dos servidores que receberam a rubrica, conforme determina a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.

**2.6.1.25. AÇÃO 2012 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório
<b>Descrição</b>	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Cadastro
<b>Coordenador nacional</b>	Alecsander Dias Tavares Reis
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Não há. Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.6.1.26. RESULTADOS DA AÇÃO**

Ação desenvolvida pelo pagamento de auxílio alimentação a todos os servidores lotados nesta unidade regional.

O valor é regulado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, e atualmente está em R\$ 304,00 (trezentos e quatro reais) por servidor, totalizando um gasto anual de R\$ 928, 300,19 (novecentos e vinte e oito mil e trezentos reais e dezenove centavos). Pode-se afirmar que este valor está aquém da necessidade de alimentação dos servidores que laboram em horário administrativo e se alimentam nas imediações do local de trabalho.

**2.6.1.27. AÇÃO 09HB – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS**

<b>Tipo</b>	Atividade
<b>Finalidade</b>	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
<b>Descrição</b>	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	DPRF
<b>Unidades executoras</b>	DPRF e Unidades Regionais
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Cadastro
<b>Coordenador nacional</b>	Alecsander Dias Tavares Reis
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	Não há. Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.6.1.28. RESULTADOS DA AÇÃO**

Ação concentrada na Coordenação Geral de Recursos Humanos, cujos resultados serão apresentados no Relatório de Gestão da Unidade Central, entretanto, pode-se informar que no exercício foi descontado dos servidores lotados nesta unidade regional o valor de R\$ 4.322.365,03 (quatro milhões, trezentos e vinte e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e três centavos) para o custeio do regime próprio de previdência social.

**2.7. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**2.7.1. INDICADORES DE DESEMPENHO**

**2.7.1.1. DESEMPENHO REFERENTE AO PROGRAMA SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS**

Para o Programa 0663 foram definidos como indicadores a “Sensação de Segurança”, a “Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais” e a “Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais”.

A Sensação de Segurança resulta da verificação do percentual de pessoas que se sentem seguras a partir do levantamento de determinada amostra, mediante pesquisa, que não foi realizada para aferir o indicador no exercício em análise devido à falta de recursos orçamentários.

A Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais faz-se a partir da análise do número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 1.000.000 de veículos da frota nacional.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da análise do número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano por 1.000.000 de veículos da frota nacional.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>PROGRAMA 0663</b>	
<b>INDICADORES</b>	<b>METAS FÍSICAS</b>
Taxa de Mortalidade	4,594 mortes / 1.000.000 veículos
Taxa de Acidentes	35,875 acidentes / 1.000.000 veículos
Sensação de Segurança	Não aferido

**2.7.1.2. DESEMPENHO REFERENTE AO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

O desempenho das ações do programa é avaliado pelo indicador Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas, que mede a porcentagem relativa à estrutura física das unidades, à tecnologia da informação e à disponibilidade de viaturas adequadas.

O indicador avalia a eficácia das ações institucionais e é de responsabilidade da Seção Administrativa e Financeira, que mensura o resultado a partir da seguinte fórmula de cálculo:

<b>Fórmula de Cálculo: <math>I_{adq} = (Unidades\ Adequadas / Total\ de\ Unidades) \times 100</math></b>	
<b>Responsável pelo cálculo: Seção Administrativa e Financeira</b>	
<b>PROGRAMA 1386</b>	
METAS FÍSICAS PARA O PPA 2008-2011	56,67% dos postos, considerados adequados
<b>RESULTADOS OBTIDOS</b>	<b>58,33% dos postos, considerados adequados</b>

<b>COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS</b>	
Postos adequados fisicamente	58,33%



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Postos adequados quanto à tecnologia da informação	30,00%
Postos adequados quanto a viaturas	85,00%
<b>Icaif = (58,33% + 30,00% + 88,00%) / 3 = 57,78%</b>	

### **2.7.1.3. DESEMPENHO REFERENTE AO PROGRAMA APOIO ADMINISTRATIVO**

O programa não contempla indicadores, entretanto, a execução da despesa, que atingiu o patamar acima de 90% referentes aos recursos descentralizados para a Administração da Unidade, infere que a Superintendência foi eficiente e atingiu as metas a partir do orçamento que lhe foi disponibilizado.

Necessário ainda será a elaboração de Planejamento da aplicação dos recursos estabelecendo-se um rol de prioridades e necessidades visando adequar as sujas estruturas materiais estruturais e tecnológicas, para que a UJ, tenha um melhor desenvolvimento e atinja um patamar igualitário às demais unidades descentralizadas do DPRF.

Existe ainda a necessidade extrema que o DPRF faça um investimento urgente na contratação de pessoal, uma vez aproximadamente um terço do efetivo já tenha tempo de aposentadoria o que tornará ainda mais escasso os recursos humanos, o que interfere negativamente na obtenção dos resultados.

### **2.7.2. ANÁLISE DO DESEMPENHO**

Quanto ao Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais verifica-se que a Unidade alcançou as metas estabelecidas para os indicadores “Taxa de Mortalidade” e “Taxa de



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Acidentes”, apesar das condições adversas que estiveram presentes durante o exercício, notadamente quanto à extensa malha viária e o reduzido número de servidores para o desempenho das funções, o que se infere que a estratégia concebida foi a mais acertada.

O indicador “Sensação de Segurança” não foi aferido, tendo em vista a indisponibilidade de recursos orçamentários para atender à finalidade.

No que se refere ao Programa Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal constata-se um desempenho que se aproximou da meta para o exercício, ressaltando-se um índice baixo relativo à adequação à tecnologia da informação, decorrente da dificuldade de investimentos por indisponibilidade orçamentária.

Evidencia-se que as unidades operacionais necessitam de melhor adequação para proporcionar aos servidores condições para o desenvolvimento das atividades laborais e para atender satisfatoriamente ao público em geral, que diariamente necessita do apoio institucional. Os postos precisam ser dotados de instalações privativas para policiais de ambos os sexos e para receber portadores de necessidades especiais. Outra demanda refere-se à instalação de locais apropriados para guarda de veículos removidos, para assim a Instituição garantir que os bens sob sua custódia estejam protegidos e voltem intactos aos seus proprietários.

Essas deficiências serão sanadas a partir da execução dos projetos de reforma, ampliação e adequação das unidades operacionais, que estão prontos e aguardando recursos orçamentários.

O índice mais expressivo refere-se à adequação quanto a viaturas, devido ao programa de renovação de frota estabelecido pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal que prevê o leilão de veículos oficiais após quatro anos de uso.

Com a aproximação de grandes eventos que acontecerão em nosso país já há planejamento no âmbito do DPRF, para aquisição de novas viaturas, instalações de câmeras de monitoramento, radares, scanners e outros materiais de uso das atividades inerentes à Polícia Rodoviária Federal, bem como treinamento dos servidores.





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.8. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

<b>Denominação das Unidades Orçamentárias</b>	<b>Código da UO</b>	<b>Código SIAFI da UGO</b>
<b>Departamento de Polícia Rodoviária Federal</b>	<b>30107</b>	<b>200109</b>

**2.8.1. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES**

<b>Origem dos Créditos Orçamentários</b>		<b>1 – Pessoal e Encargos Sociais</b>		<b>2 – Juros e Encargos da Dívida</b>		<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	
				<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
		<b>Exercícios</b>					
		<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
<b>L O A</b>	<b>Dotação proposta pela UO</b>	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	340.817.518	288.700.814
	<b>PLOA</b>	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	189.044.452	193.446.850
	<b>LOA</b>	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	189.044.452	185.102.742
<b>C R É</b>	<b>Suplementares</b>	59.923.996	9.900.000	0	0	18.849.554	58.183.993
	<b>Especiais</b> <b>Abe</b>	0	0	0	0	0	10.000



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>D I T O S</b>		<b>rtos</b>						
		<b>Rea bert os</b>	0	0	0	0	0	0
	<b>Extraordinário s</b>	<b>Abe rtos</b>	0	0	0	0	0	0
		<b>Rea bert os</b>	0	0	0	0	4.658.811	0
	<b>Créditos Cancelados</b>							- 6.385.00
			0	0	0	0	-2.082.500	0
<b>Outras Operações</b>		0	0	0	0	0	0	
<b>Total</b>		<b>59.923.996</b>	<b>9.900.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>21.425.865</b>	<b>51.808.9 93</b>	

**2.8.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL**

<b>Origem dos Créditos Orçamentários</b>			<b>4 - Investimentos</b>		<b>5 - Inversões Financeiras</b>		<b>6- Outras Despesas de Capital</b>			
			<b>Exercícios</b>							
			<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>		
<b>LOA</b>	<b>Dotação proposta pela UO</b>		126.055.794	109.779.370	0	0	0	0		
	<b>PLOA</b>		31.008.548	26.633.400	0	0	0	0		
	<b>LOA</b>		55.560.388	48.483.400	0	0	0	0		
<b>CRÉD</b>	<b>Suplementares</b>		16.811.828	34.485.000	0	0	0	0		
<b>ITOS</b>	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	0	0	0	5.501.000	0	0		



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

	<b>Reabertos</b>	0	0	0	0	0	0
<b>Extraordinários</b>	<b>Abertos</b>	0	0	0	0	0	0
	<b>Reabertos</b>	230.754	0	0	0	0	0
<b>Créditos Cancelados</b>		-20.100.368	-25.501.000	0	0	0	0
<b>Outras Operações</b>		0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>		<b>-3.057.786</b>	<b>8.984.000</b>	<b>0</b>	<b>5.501.000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**2.8.3. QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

<b>Origem dos Créditos Orçamentários</b>		<b>Despesas Correntes</b>		<b>Despesas de Capital</b>		<b>9 - Reserva de Contingência</b>		
		<b>Exercícios</b>						
		<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	
<b>LOA</b>	<b>Dotação proposta pela UO</b>	2.005.410.891	2.247.866.547	126.055.794	109.779.370	0	0	
	<b>PLOA</b>	1.853.637.825	2.152.612.583	31.008.548	26.633.400	0	28.601.553	
	<b>LOA</b>	1.853.637.825	2.144.268.475	55.560.388	48.483.400	0	28.601.553	
<b>CRÉDITOS</b>	<b>Suplementares</b>	78.773.550	68.083.993	16.811.828	34.485.000	0	0	
	<b>Especiais</b>	<b>Abertos</b>	0	10.000	0	5.501.000	0	0
		<b>Reabertos</b>	0	0	0	0	0	0
	<b>Ext</b>	<b>Abert</b>	0	0	0	0	0	0



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

	<b>rao</b>	<b>os</b>						
	<b>rdi</b>	<b>Reab</b>						
	<b>nár</b>	<b>ertos</b>	4.658.811	0	230.754	0	0	0
	<b>ios</b>							
	<b>Créditos</b>							
	<b>Cancelado</b>		-2.082.500	-6.385.000	-20.100.368	-25.501.000	0	0
	<b>s</b>							
<b>Outras Operações</b>			0	0		0	0	0
<b>Total</b>			81.349.861	61.708.993	-3.057.786	14.485.000	0	0

**2.8.4. ANÁLISE CRÍTICA DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORIGINÁRIA E ADICIONAL**

A referida análise será feita pela Unidade Central da Instituição, a quem compete propor e fazer a programação orçamentária anual para transferir recursos às Unidades Jurisdicionadas no decorrer do exercício.

**2.8.5. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA**

<b>Despesas Correntes</b>						
<b>Natureza da Movimentação</b>	<b>da Crédito</b>	<b>UG concedente ou recebedora</b>	<b>Classificação da ação</b>	<b>1 - Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	<b>3 - Outras Despesas Correntes</b>
<b>Interna</b>	<b>Concedidos</b>	200109 DPRF		1.968.097.535		146.836.399



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

		<b>Recebidos</b>					
<b>Externa</b>	<b>Concedidos</b>	170009 ESAF				6.250	
		153103 UFRN				627.433	
		200006 CGRH/MJ				11.528.481	
	<b>Recebidos</b>	153978 INEP				62.810	
		200094 CGOF/MJ				2.931.780	
		200331 FNSP				181.855	
		257001 FNS				3.358.295	
		393001 ANTT				5.666.159	
	<b>Despesas de Capital</b>						
	<b>Natureza da Movimentação de Crédito</b>	<b>UG concedente ou recebedora</b>	<b>Classificação da ação</b>	<b>4 Investimentos</b>	<b>- 5- Inversões Financeiras</b>	<b>6 - Outras Despesas de Capital</b>	
<b>Interna</b>	<b>Concedidos</b>	200109 DPRF		14.329.642	5.501.000		
	<b>Recebidos</b>						
<b>Externa</b>	<b>Concedidos</b>	153103		232.268			



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

		UFRN				
	<b>Recebidos</b>	110244 FNCA		224.370		
		200094 CGOF/MJ		8.874.975		

**2.9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**2.9.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada, tendo em vista a aludida não originar créditos.

**2.9.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO**

**2.9.2.1. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	<b>3.560.057,53</b>	<b>3.792.166,53</b>	<b>3.560.057,53</b>	<b>3.792.166,00</b>
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	<b>3.560.057,53</b>	3.792.166,53	3.560.057,53	3.792.166,00
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>	<b>503.007,16</b>	<b>1.685.998,17</b>	<b>503.007,16</b>	<b>1.685.998,17</b>
Dispensa	<b>407.417,78</b>	1.620.892,80	407.417,78	1.620.892,80
Inexigibilidade	<b>95.589,38</b>	<b>65.105,37</b>	<b>95.589,38</b>	<b>65.105,37</b>
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>15.000,00</b>	-	<b>15.000,00</b>	-
Suprimento de Fundos	<b>15.000,00</b>		<b>15.000,00</b>	
<b>Pagamento de Pessoal</b>	593.864,83	490.987,79	593.864,83	490.987,79
Pagamento em Folha				
Diárias	593.864,83	490.987,79	593.864,83	490.987,79
<b>Outras</b>				
<b>Totais</b>	<b>4.671.929,52</b>	<b>5.969.152,49</b>	<b>4.671.929,52</b>	<b>5.969.151,96</b>

**2.9.2.2. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 - Despesas de Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 - Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	4.382.274,27	3.389.025,71	3.429.415,51	2.932.484,29	952.858,76	456.460,42	3.398.326,33	2.932.480,29
08-Outros benefícios assistenciais	52.017,75	30.749,40	52.017,75	30.749,40			52.017,75	30.749,40
14-Diárias	538.212,31	450.406,39	502.256,53	422.299,23	35.955,78	28.107,16	502.256,53	422.299,23
30-Material de Consumo	894.424,74	707.036,74	448.932,46	534.597,60	445.492,28	172.439,14	427.090,13	534.597,60
33-Passagens e Despesas com Locomoção	86.601,48	102.068,95	67.829,76	67.946,89	18.771,72	34.122,06	67.829,76	67.946,89
36-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	30.000,00	27.832,00	22.500,00	27.832,00	7.500,00		22.500,00	27.832,00
37-Locação de Mão-de-Obra	1.308.102,83	1.061.386,03	1.182.238,83	1.057.211,56	125.864,00	4.174,47	1.182.238,83	1.057.211,56
39-Outros Serviços de Terceiros	1.211.579,49	972.040,70	893.004,51	759.711,38	318.574,98	212.329,32	883.757,66	759.711,38
47-Obrigações Tributárias e Contributivas		2.890,07				2.809,07		
92-Despesas de Exercícios Anteriores	261.335,67	34.615,43	260.635,67	32.136,23	700,00	2.479,20	260.635,67	32.132,23
<b>Totais</b>	<b>4.382.274,27</b>	<b>3.389.025,71</b>	<b>3.429.415,51</b>	<b>2.932.484,29</b>	<b>952.858,76</b>	<b>456.460,42</b>	<b>3.398.326,33</b>	<b>2.932.480,29</b>

**2.9.2.3. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO OU ELEMENTO DE DESPESA**





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa Exercícios	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>4 - Investimentos</b>	289.655,25	2.580.126,25	28.440,76	40.218,80	261.214,49	2.539.907,45	28.440,76	31.908,80
51 - Obras e Instalações		1.159.549,70				1.159.549,70		
52 - Equipamento e Material Permanente	289.655,25	1.420.576,55	28.440,76	40.218,80	261.214,49	1.380.357,75	28.440,76	31.908,80
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>Totais</b>	<b>289.655,25</b>	<b>2.580.126,25</b>	<b>28.440,76</b>	<b>40.218,80</b>	<b>261.214,49</b>	<b>2.539.907,45</b>	<b>28.440,76</b>	<b>31.908,80</b>

**2.9.2.4. EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS**

DESCRIÇÃO	ANO		
	2011	2010	2009
<b>1. Passagens</b>	81.304,75	111.953,50	52.794,96
<b>2. Diárias e ressarcimento de despesas em viagens</b>	593.864,83	490.987,79	364.498,95
<b>3. Serviços Terceirizados</b>	-	-	-
<b>3.1. Publicidade</b>	4889,57	0,00	0,00
<b>3.2. Vigilância, limpeza e conservação</b>	710.864,98	800.046,62	778.931,56
<b>3.3. Tecnologia da informação</b>	279.585,78	483.946,12	483.968,09



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>3.4. Outras terceirizações</b>	567.445,52	1.334.776,60	1.104.781,52
<b>4. Cartão de pagamento do Governo Federal</b>	4.169,72	0,00	0,00
<b>5. Suprimento de Fundos</b>	15.000,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	2.257.125,18	3.003.974,13	2.784.975,08

**2.9.2.5. ANÁLISE CRÍTICA DA GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO**

A referida análise será feita pela Unidade Central da Instituição, a quem compete controlar a execução orçamentária e gerir demandas decorrentes de contingenciamento. No plano regional, os eventos negativos que mais influenciaram na execução orçamentária foram o atraso de transferências financeiras que inviabilizaram o cumprimento de obrigações com fornecedores de produtos e serviços no prazo delimitado.

**2.9.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO**

**2.9.3.1. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO**

**2.9.3.2. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO**

A referida análise será feita pela Unidade Central da Instituição, a quem compete controlar a execução orçamentária e gerir demandas decorrentes de contingenciamento. No plano regional, os eventos negativos que mais influenciaram na execução orçamentária foram o atraso de transferências financeiras que inviabilizaram o cumprimento de obrigações decorrentes de ordens de missão para as atividades finalísticas, resultando no atraso de pagamento de diárias do tipo operacional.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2.9.4. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES EXECUTADAS PELA UJ**

<b>Função</b>	06	06	06	06	
<b>Subfunção</b>	128	181	183	181	
<b>Programa</b>	0663	0663	0663	0663	
<b>Ação</b>	2524	2723	2816	4290	
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	
<b>Prioridade</b>	3	4	3	3	
<b>Unidade de Medida</b>	Servidor capacitad o	Procedimento realizado	Operação realizada	Pessoa atendida	
<b>Execução Física</b>	<b>Meta Prevista</b>	269	244.949	10	800
	<b>Meta Realizada</b>	406	96.840 *	07	426
	<b>Meta 2010</b>	269	252.372	10	800
<b>Execução Financeira</b>	<b>Meta Prevista</b>	48.842,34	842.617,24	10.647,33	8.273,92
	<b>Meta Realizada</b>	45.127,15	721.211,15	10.179,65	8.273,92
	<b>Meta 2010</b>	14.125,24	Não definida	Não definida	Não definida

\* Meta realizada em seis meses a partir de julho quando entrou em vigência a Portaria 30/DG/DPRF/MJ, que possibilitou o registro dos procedimentos.

<b>Função</b>	06	06	06	06	
<b>Subfunção</b>	181	452	181	181	
<b>Programa</b>	0663	0663	0663	1386	
<b>Ação</b>	4526	8692	8703	1835	
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade	Atividade	Atividade	Projeto	
<b>Prioridade</b>	3	3	3	3	
<b>Unidade de Medida</b>	Operação realizada	Pessoa capacitada	Processo concluído	Sistema implantado	
<b>Execução Física</b>	<b>Meta Prevista</b>	30	6.000	30	Não definida
	<b>Meta Realizada</b>	45	5.876	02	Não aferida



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

	<b>Meta 2010</b>	30	10.000	100	Não definida
<b>Execução Financeira</b>	<b>Meta Prevista</b>	40.684,10	31.169,91	60.770,67	27.270,30
	<b>Meta Realizada</b>	40.620,76	16.712,59	58.766,54	14.420,00
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	Não definida	Não definida	Não definida

<b>Função</b>	06	06	06	06	
<b>Subfunção</b>	181	181	181	126	
<b>Programa</b>	1386	1386	1386	0750	
<b>Ação</b>	200C	8698	8623	2003	
<b>Tipo da Ação</b>	Projeto	Projeto	Projeto	Atividade	
<b>Prioridade</b>	3	3	3	3	
<b>Unidade de Medida</b>	Veículos adquiridos	Sistema mantenido	Unidades reformadas	Não definida	
<b>Execução Física</b>	<b>Meta Prevista</b>	08	05	03	Não definida
	<b>Meta Realizada</b>	02	05	00	Não aferida
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	05	Não definida	Não definida
<b>Execução Financeira</b>	<b>Meta Prevista</b>	126.300,00	710.744,20	1.127.723,93	Não definida
	<b>Meta Realizada</b>	0,00	613.804,27	11.654,67	11.880,00
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	710.744,20	Não definida	Não definida

<b>Função</b>	06	06	06	06	
<b>Subfunção</b>	122	301	365	331	
<b>Programa</b>	0750	0750	0750	0750	
<b>Ação</b>	2000	2004	2010	2011	
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	
<b>Prioridade</b>	3	4	3	3	
<b>Unidade de Medida</b>	Não definida	Não definida	Não definida	Não definida	
<b>Execução Física</b>	<b>Meta Prevista</b>	Não definida	Não definida	Não definida	Não definida
	<b>Meta Realizada</b>	Não aferida	Não aferida	Não aferida	Não aferida
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	Não definida	Não	Não



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

				definida	definida
<b>Execução Financeira</b>	<b>Meta Prevista</b>	Não definida	Não definida	Não definida	Não definida
	<b>Meta Realizada</b>	1.277.823,32	Não apurada	55.902,00	13.351,32
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	Não definida	Não definida	Não definida

<b>Função</b>	06	06		
<b>Subfunção</b>	306	122		
<b>Programa</b>	0750	0750		
<b>Ação</b>	2012	09HB		
<b>Tipo da Ação</b>	Atividade	Atividade		
<b>Prioridade</b>	3	3		
<b>Unidade de Medida</b>	Não definida	Não definida		
<b>Execução Física</b>	<b>Meta Prevista</b>	Não definida	Não definida	
	<b>Meta Realizada</b>	Não aferida	Não aferida	
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	Não definida	
<b>Execução Financeira</b>	<b>Meta Prevista</b>	Não definida	Não definida	
	<b>Meta Realizada</b>	413.658,00	3.910.733,24	
	<b>Meta 2010</b>	Não definida	Não definida	

**2.9.4.1. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ**

As ações responsáveis pela mensuração dos indicadores do Programa Segurança Pública nas Rodovias Federais, relativas ao policiamento e à fiscalização de trânsito, tiveram suas metas físicas alcançadas, como pode ser verificado na avaliação de desempenho, com exceção do indicador “Sensação de Segurança”, que não foi aferido tendo em vista a pesquisa com usuários das rodovias não ter sido realizada. As demais ações do programa alcançaram o êxito pretendido e contribuíram para o bom desempenho da Unidade, apesar das dificuldades advindas do reduzido número de servidores frente às demandas que se apresentaram.

As ações 2C78, 2B11, 4641, 86A1 e 2720 não receberam recursos transferidos da Unidade Central da Instituição, ressaltando-se que a ação 86A1 foi responsável pelo processamento



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

de 23609 multas por infrações de trânsito e pelo julgamento de 1.183 processos relativos a pedidos de cancelamento de autos de infrações.

Quanto às ações do Programa Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal é importante ressaltar que a indisponibilidade orçamentária contribuiu, sensivelmente, para que a Unidade não alcançasse o índice previsto para o indicador “Adequação Física das Unidades Operacionais”, principalmente no que se refere à tecnologia da informação, pois, os equipamentos de informática somente foram adquiridos no final do exercício para utilização em 2012, quando se pretende aumentar a eficiência institucional.

A ação 200G, relativa à construção de bases operacionais, não recebeu recursos transferidos da Unidade Central da Instituição.

O Programa Apoio Administrativo, apesar de não ter indicador, teve suas ações executadas em alinhamento às demandas institucionais, não havendo comprometimentos significativos. Ressalta-se, por conseguinte, que todas as Unidades da Superintendência requerem mobília nova e moderna para que atenda às necessidades de conforto aos servidores e ao público em geral, assim como, eficiência no desempenho das atribuições funcionais. E ainda necessita de recursos humanos para desenvolvimento das atividades meio para que se possa alavancar, na qualidade de atendimento e serviços prestados à sociedade.

## **2.10. INDICADORES INSTITUCIONAIS**

Percebe-se que nos meses iniciais a Unidade não cumpriu as metas estabelecidas, devido, em grande parte, à falta de conscientização dos servidores quanto a sua importância e à resistência em preencher as planilhas. No decorrer do tempo a Unidade se mobilizou no sentido de promover essa conscientização e, progressivamente, foi se aproximando da meta, estabelecida.

Os procedimentos de fiscalização têm o objetivo de resgatar a identidade institucional, pois aproxima o Policial Rodoviário Federal da sociedade para assim prestar um serviço de qualidade, na orientação, no atendimento e no auxílio às pessoas, decorrentes dos diversificados problemas que se apresentam nas rodovias.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**

**3.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS**

<b>Composição do Quadro de Recursos Humanos</b> <b>Situação apurada em 31/12/2011</b>			
<b>Regime do Ocupante do Cargo</b>	<b>Lotação Efetiva</b>	<b>Lotação Autorizada</b>	<b>Lotação Ideal</b>
<b>Estatutários</b>			
Próprios	250		624
Requisitados	-		00
<b>Celetistas</b>	-		00
<b>Cargos de livre provimento</b>			Σ
Estatutários	1		06
Não Estatutários	-		00
<b>Terceirizados</b>	72		33
<b>Total</b>	353		<b>663</b>

**3.1.1. COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2009, 2010 E 2011**

<b>QUADRO PRÓPRIO</b>						
	<b>Qtd.</b>	<b>Vencimentos e vantagens fixas</b>	<b>Retribuições</b>	<b>Gratificações</b>	<b>Adicionais</b>	<b>Indenizações</b>
<b>Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						
2009	269	27.085.457,45	137.112,05	3.561.295,24	1.009.621,23	486.886,28
2010		27.507.660,32	130.117,52	3.395.488,15	845.377,82	926.648,47
2011	250	27.741.263,52	119.444,32	2.337.117,53	795.299,15	1.461.793,91
<b>Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)</b>						



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)</b>						
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Requisitados com ônus para a UJ</b>						
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Requisitados sem ônus para a UJ</b>						
2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>QUADRO TERCEIRIZADO</b>								
<b>Finalidade</b>	<b>Conservação e Vigilância</b>		<b>Apoio Administrativo</b>		<b>Atividades de Área-fim</b>		<b>Estagiários</b>	
	<b>Qtd.</b>	<b>Custo</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Custo</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Custo</b>	<b>Qtd.</b>	<b>Custo</b>
2009	55	778.931,56	17	12.062,42	-	-	24	116795,92
2010			17		-	-		
2011	55	710.864,98	17	252.835,33	-	-		

**3.1.2. DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA-FIM NO EXERCÍCIO DE 2011**

Não houve.

**3.1.3. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS**

A apuração do indicador referente a absentéismo ficou prejudicada, tendo em vista a ação de acompanhamento psicossocial dos servidores não ter sido realizada por falta de profissionais habilitados para essa finalidade.

Quanto ao perfil etário, verifica-se no quadro e gráficos abaixo que existem servidores ativos desempenhando as atribuições do cargo de Policial Rodoviário Federal com mais





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

de 60 anos de idade e com mais de 30 anos de serviço, alguns por determinação judicial mediante concessão de liminar em mandado de segurança por haverem completado a idade limite de 65 anos para aposentadoria compulsória. A situação preocupa e tende a agravar-se à medida que o efetivo se aproxima desse tempo limite e resiste à passagem para a inatividade diante do benefício do abono de permanência em que o servidor recolhe o PSS após atingir o tempo de aposentadoria, mas tem o valor imediatamente restituído. Nessa situação se encontram 45 servidores.

Nesse contexto, chama-se a atenção para a rotina de trabalho exaustiva, estressante e cheia de riscos, decorrentes do incremento da criminalidade e da própria dinâmica do trânsito que o torna um perigo iminente. Não raro as equipes de policiamento se deparam com situações em que têm de enfrentar criminosos de todos os níveis de periculosidade e atender acidentes de alta gravidade, requerendo capacidade para enfrentar situações adversas e, acima de tudo, vigor físico e mental, para não se tornarem mais uma vítima da violência. Por outro lado, se os 45 servidores optassem pela inatividade ou fossem obrigados a fazerem essa passagem, a Unidade teria sérios problemas em manter suas atividades e certamente teria que desativar unidades operacionais, causando grandes prejuízos à sociedade, notadamente às pessoas que utilizam as vias federais abertas ao trânsito, portanto, é premente que a Instituição viabilize a implementação de um plano voltado para a substituição de servidores que passam para a inatividade, assim como, relativo a todas as modalidades de vacância existentes.

PERFIL ETÁRIO DOS SERVIDORES								
TEMPO DE SERVIÇO	SEXO	21 a 25	26 a 30	31 a 35	36 a 40	41 a 50	51 a 60	Mais de 60
0 a 9	M		11	22	14	10		
	F		1	2		1		
	TOTAL		12	24	14	11		
10 a 14	M			2	1	5		
	F							
	TOTAL			2	1	5		
15 a 19	M				24	59	23	2



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

	F				1	10	1	
	TOTAL				25	69	24	2
20 a 24	M					5		
	F						1	
25 a 27	TOTAL					5	1	
	M					1	2	3
	F							
28 a 30	TOTAL					1	2	3
	M						1	
	F						1	1
mais de 30	Total						2	1
	M						15	25
	F							
	Total						15	25

O perfil acadêmico, demonstrado abaixo, tende a passar por mudanças sensíveis a partir do ingresso de novos servidores, haja vista que a investidura atual no cargo de Policial Rodoviário Federal exige escolaridade de nível superior, consoante disciplina a Lei nº 11.784/2008, de 22 de setembro de 2008. Espera-se que esse novo perfil traga à Instituição níveis de excelência em todas as suas atividades e principalmente nas relacionadas ao atendimento ao público.

<b>ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO</b>	<b>ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>ENSINO MÉDIO</b>	<b>ENSINO SUPERIOR</b>
1	2	144	103

Quanto aos níveis salariais, percebe-se que a maioria dos servidores, em torno de 60%, tem remuneração mensal acima de R\$ 10.000,00, o que valoriza a classe e aumenta a responsabilidade e a contrapartida de exercer com dedicação as atribuições funcionais.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Nível Salarial</b>	<b>Quantidade de Servidores</b>
<b>Até 6.000,00</b>	15
<b>6.000,01 a 7.000,00</b>	0
<b>7.000,01 a 9.000,00</b>	66
<b>9.000,01 a 10.000,00</b>	18
<b>Mais de 10.000,00</b>	151

#### **3.1.4. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS**

Consoante foi informado, a Unidade tem uma circunscrição formada por sete rodovias que totalizam 3.433,24 quilômetros e apenas 250 servidores para o atendimento das necessidades advindas das competências e atribuições legais, que envolvem as atividades burocráticas, de policiamento rodoviário e de fiscalização de trânsito, razão pela qual teve que contratar empresa para fornecimento de mão-de-obra para apoio administrativo, traduzindo a inadequação da quantidade de servidores do quadro funcional ativo frente às várias demandas que integram o rol de atividades das áreas meio e fim.

O desempenho funcional na área meio progride à medida que o servidor exercita as atribuições, sendo também dependente do nível de assimilação, da motivação e da força de vontade, pois o servidor ocupante do cargo de Policial Rodoviário Federal não é formado para exercer aludidas funções, e sim, para desempenhar ações de policiamento e de fiscalização de trânsito. Por outro lado, a carreira administrativa, já aprovada em lei, ainda não se viabilizou com a realização de concurso público e conseqüente formação específica, sendo que os atuais servidores não policiais são remanescentes de quadros extintos de setores distintos da Administração Pública Federal, o que compromete, sobremaneira, o desempenho funcional.

Fica evidente a necessidade de ampliação do quadro de recursos humanos, tanto para atender a área meio quanto a fim, desta forma, não haveria necessidade de terceirização que não fosse para as finalidades de vigilância patrimonial, asseio e conservação predial e outros serviços técnicos especializados que não podem ser realizados por funcionários. Ressalta-se, também, a necessidade de se estabelecer um plano que preveja a renovação do quadro funcional ativo nos



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

casos de vacância estabelecidos em lei, para que a Instituição esteja perene no cumprimento de sua missão primordial de promover segurança pública em sua área de atuação, com sua capacidade plena.

O plano de capacitação dependeu das transferências orçamentárias advindas da Coordenação de Ensino e embora tenha contemplado especificamente as atividades da área fim, conforme pode ser verificado nos resultados da Ação 2524 – Capacitação do Policial Rodoviário Federal do Programa 0663 – Segurança Pública nas Rodovias Federais, não correspondeu à necessidade.

Não houve planos de demissões e formação de passivo trabalhista, sendo que a política remuneratória foi regulada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A contratação de empresa especializada em fornecimento de mão-de-obra para apoio administrativo é muito positiva, pois algumas unidades estão sufocadas pela gama excessiva de tarefas e com reduzido número de servidores, sendo esta situação minimizada com a disponibilidade de funcionários terceirizados. Mesmo assim, entende-se que o melhor para a Instituição é a contratação para provimento de cargo efetivo, com a devida capacitação a partir das demandas específicas presentes que jamais os terceirizados haverão de atender plenamente. Desta forma, não houve cumprimento de cronograma e medidas estabelecidas pelo órgão ministerial supervisor para substituição das terceirizações de atividades finalísticas, pois não houve autorização do competente ministério para a realização de concurso público para atender a essa finalidade.

**4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

**5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
<b>2008</b>	4.250,51	-	4.250,47	0,04
<b>2007</b>	3.161,88	-	-	3.161,88
...	-	-	-	-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Inscritos</b>	<b>Cancelados</b>	<b>Pagos</b>	<b>A Pagar</b>
2008	1.027.262,32	100.398,62	800.846,47	134.522,68
2007	519.402,53	101.528,66	430.919,49	8.505,45
...	-	-	-	-
<b>Observações:</b>				

**5.1. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A GESTÃO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS**

Não houve impactos significativos na gestão financeira da Unidade decorrentes de restos a pagar de exercícios anteriores, que foram inscritos tendo em vista as despesas não terem sido liquidadas no exercício contratado.

**6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS OU REALIZADAS NO EXERCÍCIO**

Não houve.

**7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

**9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

**10. OPERAÇÕES DE FUNDOS**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.

**11. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE**

**11.1. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO**

**12. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO, AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007**

**12.1. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO**

<b>ATOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>REGISTRADOS NO SISAC</b>
Admissão	-	-
Desligamento	3	3
Aposentadoria	4	4
Pensão	3	3



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO, SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008**

**14. OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES QUANTO À CONFORMIDADE DO DESEMPENHO OPERACIONAL**

Constam no corpo do documento.

**15. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS**

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**B - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO**

**1. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
<b>Denominação completa (UJ):</b>		<b>Código da UG:</b>	
18ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MA		200124	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p>a) Falta/Evolução Incompatível Depreciação Ativo Imobilizado;</p> <p>b) Falta de Reavaliação /Redução de Ativos Permanentes, em desacordo com a Macrofunção Siafi 02.03.30 – Reavaliações, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Direta da União, Autarquias e Fundações;</p> <p>c) Convênios a liberar e a aprovar com data expirada;</p> <p>d) Falta comprovação e prestação de contas Suprimento de Fundos.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;</li><li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li><li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li></ul> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	Brasília-DF	<b>Data</b>	17 de fevereiro de 2012
<b>Contador Responsável</b>	José Carlos Gomes	<b>CRC nº</b>	DF 9.261/O-7

*José Carlos Gomes*  
CCONT/CPROG/SE/MJ  
Coordenador





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**2. DECLARAÇÃO DO GESTOR RESPONSÁVEL**

**Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV**

**DECLARAÇÃO**

Eu, **VALCIR CORREIA ORTINS**, CPF nº 977541704-00, **Superintendente Regional**, exercido na **18ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que nem todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Luís-MA, 31 de Março de 2012.

**Valcir Correia Ortins**

**(CPF) 977541704-00**

**Superintendente**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

2.3. PROGRAMAS E AÇÕES SOB A RESPONSABILIDADE DA UNIDADE

2.3.1. PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

2.3.1.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2.4. PROGRAMAS DE GOVERNO SOB A RESPONSABILIDADE DA 18ª SRPRF/MA

2.4.1. PROGRAMA 0663 – SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

2.4.1.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2.4.1.1.1. AÇÃO 2B11 – MONITORAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA DA MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.4.1.1.2. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.3. AÇÃO 2C78 – ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL DOS SERVIDORES DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.4.1.1.4. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.5. AÇÃO 2524 – CAPACITAÇÃO DO POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

2.4.1.1.6. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.7. AÇÃO 2720 – AÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

2.4.1.1.8. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.9. AÇÃO 2816 – SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.4.1.1.10. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.11. AÇÃO 4290 – ATIVIDADES DE SAÚDE NAS RODOVIAS FEDERAIS

2.4.1.1.12. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.13. AÇÃO 4641 – PUBLICIDADE E UTILIDADE PÚBLICA

2.4.1.1.14. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.15. AÇÃO 86A1 – PROCESSAMENTO, REMUNERAÇÃO DOS DEPARTAMENTOS ESTADUAIS DE TRÂNSITO E ARRECADAÇÃO DE MULTAS APLICADAS PELA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.4.1.1.16. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.17. AÇÃO 4526 – OPERAÇÕES ESPECIAIS DE COMBATE AO CRIME NAS ESTRADAS E RODOVIAS FEDERAIS

2.4.1.1.18. RESULTADOS DA AÇÃO

2.4.1.1.19. AÇÃO 8692 – EDUCAÇÃO DE TRÂNSITO PARA USUÁRIOS DAS RODOVIAS FEDERAIS

2.4.1.1.20. RESULTADOS DA AÇÃO



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

2.4.1.1.21. AÇÃO 2723 – POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS

2.4.1.1.22. RESULTADOS DA AÇÃO

2.5. AÇÃO 8703 – ATIVIDADE CORREICIONAL

2.5.1. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6. PROGRAMA 1386 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.6.1. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2.6.1.1. AÇÃO ID49 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO-SEDE DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.6.1.2. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.3. AÇÃO 200G - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.6.1.4. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.5. AÇÃO 8623 - REFORMA DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.6.1.6. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.7. AÇÃO 1835 – IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.6.1.8. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.9. AÇÃO 200C – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ESPECIAIS E AERONAVES PARA POLICIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA

2.6.1.10. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.11. AÇÃO 8698 – MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.6.1.12. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.13. PROGRAMA 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

2.6.1.14. PRINCIPAIS AÇÕES DO PROGRAMA

2.6.1.15. AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

2.6.1.16. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.17. AÇÃO 2003 – AÇÕES DE INFORMÁTICA

2.6.1.18. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.19. AÇÃO 2004 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA DE SERVIDORES, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

2.6.1.20. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.21. AÇÃO 2010 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS

2.6.1.22. RESULTADOS DA AÇÃO 2.6.1.23. AÇÃO 2011 – AUXÍLIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

2.6.1.24. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.25. AÇÃO 2012 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

2.6.1.26. RESULTADOS DA AÇÃO

2.6.1.27. AÇÃO 09HB – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

2.6.1.28. RESULTADOS DA AÇÃO

2.7. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.7.1. INDICADORES DE DESEMPENHO

2.7.1.1. DESEMPENHO REFERENTE AO PROGRAMA SEGURANÇA PÚBLICA NAS RODOVIAS FEDERAIS

2.7.1.2. DESEMPENHO REFERENTE AO PROGRAMA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

2.7.1.3. DESEMPENHO REFERENTE AO PROGRAMA APOIO ADMINISTRATIVO

2.7.2. ANÁLISE DO DESEMPENHO

2.8. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.8.1. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

2.8.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

2.8.3. QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E RESERVA DE CONTINGÊNCIA

2.8.4. ANÁLISE CRÍTICA DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORIGINÁRIA E ADICIONAL

2.8.5. MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

2.9. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.9.1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

2.9.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

2.9.2.1. DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO

2.9.2.2. DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

2.9.2.3. DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO OU ELEMENTO DE DESPESA

2.9.2.4. EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS

2.9.2.5. ANÁLISE CRÍTICA DA GESTÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

2.9.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

2.9.3.1. DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

2.9.3.2. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA DE GOVERNO

2.9.4. EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DAS AÇÕES EXECUTADAS PELA UJ

2.9.4.1. ANÁLISE CRÍTICA DA EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

2.10. INDICADORES INSTITUCIONAIS

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

3.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE RECURSOS HUMANOS

3.1.1. COMPOSIÇÃO E CUSTOS DE RECURSOS HUMANOS NOS EXERCÍCIOS DE 2009, 2010 E 2011

3.1.2. DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE ÁREA-FIM NO EXERCÍCIO DE 2011

3.1.3. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

3.1.4. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

5. INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.1. ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A GESTÃO DO PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS OU REALIZADAS NO EXERCÍCIO

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

11. DELIBERAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

11.1. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO OU UNIDADE DE CONTROLE INTERNO

12. INFORMAÇÃO QUANTO AO EFETIVO ENCAMINHAMENTO AO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DOS DADOS E INFORMAÇÕES RELATIVOS AOS ATOS DE ADMISSÃO E DESLIGAMENTO, BEM COMO, AOS ATOS DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA, REFORMA E PENSÃO, EXIGÍVEIS NO EXERCÍCIO A QUE SE REFERE O RELATÓRIO DE GESTÃO, NOS TERMOS DO ART. 7º DA IN/TCU Nº 55/2007

12.1. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

13. DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, BEM COMO, SOBRE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÊNIOS, CONTRATOS DE REPASSE E TERMOS DE PARCERIA – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI Nº 11.768, DE 14 DE AGOSTO DE 2008

14. OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES QUANTO À CONFORMIDADE DO DESEMPENHO OPERACIONAL

15. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

LISTA DE QUADROS - PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

QUADRO A.3.1. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

QUADRO A.5.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

QUADRO A.5.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

QUADRO A.5.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

QUADRO A.5.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

QUADRO A.5.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

QUADRO A.5.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

QUADRO A.5.7 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

QUADRO A.5.8 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

QUADRO A.5.9 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

QUADRO A.5.12 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

QUADRO A.5.13 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

QUADRO A.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

QUADRO A.6.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

QUADRO A.6.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERAM EM 2011 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

QUADRO A.6.4 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.6.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SCONV

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

QUADRO A.9.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

QUADRO A.10.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.11.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

QUADRO A.11.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

QUADRO A.11.3 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

QUADRO A.13.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

QUADRO A.13.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

QUADRO A.14.1 – RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB GESTÃO DA UJ

QUADRO A.14.2 - VALORES RENUNCIADOS E RESPECTIVA CONTRAPARTIDA

QUADRO A.14.3 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

QUADRO A.14.4 - CONTRIBUINTES BENEFICIADOS PELA RENÚNCIA – PESSOAS





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

JURÍDICAS

QUADRO A.14.5 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS FÍSICAS

QUADRO A.14.6 - BENEFICIÁRIOS DA CONTRAPARTIDA DA RENÚNCIA – PESSOAS JURÍDICAS

QUADRO A.14.7 - APLICAÇÃO DE RECURSOS DA RENÚNCIA DE RECEITA PELA PRÓPRIA UJ

QUADRO A.14.8 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE RENÚNCIA DE RECEITAS

QUADRO A.14.9 - COMUNICAÇÃO RFB

QUADRO A.14.10 - INDICADORES DE GESTÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS

QUADRO A.14.11 - AÇÕES DA RFB

QUADRO A.15.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

QUADRO A.15.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

QUADRO A.15.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÃO DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

QUADRO A.16.1 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO OU DE AUDITORIA INTERNA ATENDIDA NO EXERCÍCIO

QUADRO A.16.2 – INFORMAÇÕES SOBRE RECOMENDAÇÃO DE UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA PENDENTE DE ATENDIMENTO NO FINAL DO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

QUADRO B.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO B.1.2 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

QUADRO B.4.1 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

QUADRO B.4.2 - INVESTIMENTOS PERMANENTES EM OUTRAS SOCIEDADES

QUADRO C.1.1 – RELAÇÃO DOS PARTIDOS

QUADRO C.1.2 – COMPOSIÇÃO DO MONTANTE ARRECADADO PELO FUNDO PARTIDÁRIO

QUADRO C.1.3 – DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES DO FUNDO PARTIDÁRIO AOS PARTIDOS NO EXERCÍCIO DE 2011



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

QUADRO C.1.4 – PARTIDOS QUE PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE REFERÊNCIA

QUADRO C.1.5 – PARTIDOS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE REFERÊNCIA

QUADRO C.1.6 – SITUAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS DIRETRIZES NACIONAIS DOS PARTIDOS

QUADRO C.1.7 – JULGAMENTO DAS CONTAS DAS DIRETRIZES NACIONAIS DOS PARTIDOS

QUADRO C.1.8 – RELAÇÃO DOS DIRETÓRIOS DE PARTIDOS NO ESTADO

QUADRO C.1.9 – DISCRIMINAÇÃO DAS COTAS DO FUNDO PARTIDÁRIO RECEBIDAS PELOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DAS DIRETRIZES NACIONAIS DOS PARTIDOS

QUADRO C.1.10 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO ANTERIOR AO DE REFERÊNCIA

QUADRO C.1.11 – DIRETÓRIOS ESTADUAIS QUE NÃO PRESTARAM CONTAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2010

QUADRO C.1.12 – JULGAMENTO DAS CONTAS DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS DOS PARTIDOS

QUADRO C.5.1 - OPERAÇÕES CONTRATADAS COM RISCOS COMPARTILHADO E INTEGRAL DO FUNDO E DO BANCO OPERADOR

QUADRO C.5.2 - CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA DE OPERAÇÕES CONTRATADAS

QUADRO C.5.3 - PREJUÍZOS CONTABILIZADOS NO EXERCÍCIO DE 2011

QUADRO C.5.4 - RESSARCIMENTOS EFETUADOS PELO BANCO OPERADOR AO FUNDO NO EXERCÍCIO DE 2011, DECORRENTES DE PERDAS EM OPERAÇÕES COM RISCO COMPARTILHADO

QUADRO C.5.5 - AÇÕES DE COBRANÇAS JUDICIAIS AJUIZADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

QUADRO C.7.1 – RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU N 408/2002

QUADRO C.7.2 – RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU N 408/2002

QUADRO C.10.1 - INDICADORES ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

QUADRO C.10.2 - ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELA UJ

QUADRO C.12.1 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

QUADRO C.12.2 - SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

QUADRO C.12.3 - DETALHAMENTO DE ITENS DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL DOS ADMINISTRADORES



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

QUADRO C.16.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

QUADRO C.30.1 - EVOLUÇÃO DO PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2011

QUADRO C.37.1 - CARACTERIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE GESTÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO

QUADRO C.37.2 – RELAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

QUADRO C.37.3 – INFORMAÇÕES SOBRE O CUSTO DE PARTICIPAÇÃO DO MEMBRO NAS REUNIÕES

QUADRO C.37.4 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO

QUADRO C.37.5 – RELAÇÃO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE CONTRATADA POR MEIO DE CONTRATO DE GESTÃO

QUADRO C.37.6 – DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DA ENTIDADE SIGNATÁRIA DO CONTRATO DE GESTÃO

QUADRO C.37.7 – RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

QUADRO C.37.8 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS NO EXERCÍCIO

QUADRO C.37.9 – VALORES REPASSADOS E AVALIAÇÃO DAS METAS DO CONTRATO DE GESTÃO

QUADRO C.37.10 – INDICADORES DE DESEMPENHO PACTUADOS E SEUS RESULTADOS

QUADRO C.37.11 – AVALIAÇÃO GERAL DOS RESULTADOS DO CONTRATO DE GESTÃO

QUADRO C.37.12 – IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO

QUADRO C.37.13 – DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS DA UJ COLOCADOS DISPOSIÇÃO DA ENTIDADE PRIVADA

QUADRO C.38.1 – IDENTIFICAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

QUADRO C.38.2 – DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES MENSAIS REPASSADOS NO EXERCÍCIO EM RAZÃO DE TERMO DE PARCERIA

QUADRO C.38.3 – DADOS AGREGADOS DOS TERMOS DE PARCERIA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA

QUADRO C.38.4 – COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO RESULTADO DA PARCERIA (ART. 11, § 1, DA LEI N 9.790/99)

QUADRO C.38.5 – DEMONSTRATIVO DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS APRESENTADAS



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

NO EXERCÍCIO

QUADRO C.38.6 – DEMONSTRATIVO DOS INDICADORES PACTUADOS COM A ENTIDADE PARCEIRA

**Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de**

**Despesa**

Valores em  
R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos			52.017,75		4.330.256,52
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos					
	Recebidos			289.655,25		
Movimentação Externa	Concedidos					
	Recebidos					

Fonte: SIAFI

**Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação**

Em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
<b>Licitação</b>	<b>3.560.057,53</b>	<b>3.792.166,53</b>	<b>3.560.057,53</b>	<b>3.792.166,00</b>
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	<b>3.560.057,53</b>	3.792.166,53	3.560.057,53	3.792.166,00
Concurso				
Consulta				
<b>Contratações Diretas</b>		<b>1.685.998,17</b>		<b>1.685.998,17</b>



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

	<b>503.007,16</b>		<b>503.007,16</b>	
Dispensa	<b>407.417,78</b>	1.620.892,80	407.417,78	1.620.892,80
Inexigibilidade	<b>95.589,38</b>	<b>65.105,37</b>	<b>95.589,38</b>	<b>65.105,37</b>
<b>Regime de Execução Especial</b>	<b>15.000,00</b>	-	<b>15.000,00</b>	-
Suprimento de Fundos	<b>15.000,00</b>		<b>15.000,00</b>	
<b>Pagamento de Pessoal</b>	593.864,83	490.987,79	593.864,83	490.987,79
Pagamento em Folha				
Diárias	593.864,83	490.987,79	593.864,83	490.987,79
<b>Outras</b>				
<b>Totais</b>	<b>4.671.929,52</b>	<b>5.969.152,49</b>	<b>4.671.929,52</b>	<b>5.969.151,96</b>

Fonte: SIAFI

**Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação**

Em  
R\$  
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>1 - Despesas de Pessoal</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>2 - Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>3- Outras Despesas Correntes</b>	4.382.274,27	3.389.025,71	3.429.415,51	2.932.484,29	952.858,76	456.460,42	3.398.326,33	2.932,480,29
08-Outros benefícios assistenciais	52.017,75	30.749,40	52.017,75	30.749,40			52.017,75	30.749,40
14-Diárias	538.212,31	450.406,39	502.256,53	422.299,23	35.955,78	28.107,16	502.256,53	422.299,23
30-Material de Consumo	894.424,74	707.036,74	448.932,46	534.597,60	445.492,28	172.439,14	427.090,13	534.597,60
33-Passagens e Despesas com Locomoção	86.601,48	102.068,95	67.829,76	67.946,89	18.771,72	34.122,06	67.829,76	67.946,89
36-Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física	30.000,00	27.832,00	22.500,00	27.832,00	7.500,00		22.500,00	27.832,00
37-Locação de Mão-de-Obra	1.308.102,83	1.061.386,03	1.182.238,83	1.057.211,56	125.864,00	4.174,47	1.182.238,83	1.057.211,56
39-Outros Serviços de Terceiros	1.211.579,49	972.040,70	893.004,51	759.711,38	318.574,98	212.329,32	883.757,66	759.711,38
47-Obrigações Tributárias e Contributivas		2.890,07				2.809,07		
92-Despesas de Exercícios Anteriores	261.335,67	34.615,43	260.635,67	32.136,23	700,00	2.479,20	260.635,67	32.136,23
<b>Totais</b>	4.382.274,27	3.389.025,71	3.429.415,51	2.932.484,29	952.858,76	456.460,42	3.398.326,33	2.932,480,29

Fonte: SIAFI



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação**

Em R\$  
1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011
<b>4 - Investimentos</b>	<b>289.655,25</b>	<b>2.580.126,25</b>	<b>28.440,76</b>	<b>40.218,80</b>	<b>261.214,49</b>	<b>2.539.907,45</b>	<b>28.440,76</b>	<b>31.908,80</b>
51-Obras e Instalações		1.159.549,70				1.159.549,70		
52-Equipamento e Material Permanente	289.655,25	1.420.576,55	28.440,76	40.218,80	261.214,49	1.380.357,75	28.440,76	31.908,80
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>5 - Inversões Financeiras</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6 - Amortização da Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>Totais</b>	<b>289.655,25</b>	<b>2.580.126,25</b>	<b>28.440,76</b>	<b>40.218,80</b>	<b>261.214,49</b>	<b>2.539.907,45</b>	<b>28.440,76</b>	<b>31.908,80</b>

Fonte: SIAFI

**Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores**

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	8.310,04	-	8.310,00	0,04



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

2010	244,39	-	244,35	0,04
...				-
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
<b>Ano de Inscrição</b>	<b>Montante Inscrito</b>	<b>Cancelamentos acumulados</b>	<b>Pagamentos acumulados</b>	<b>Saldo a Pagar em 31/12/2011</b>
2011	2.996.448,87	1.294.546,04	2.529.740,08	- 827.837,25
2010	1.823.401,64	219.996,20	536.584,90	1.066.820,54
...				-
<b>Observações: Restos a pagar reinscritos (2009) =134522,68; Restos a pagar reinscritos (2010) = 1.201.343,22; Saldo a pagar em 2011 = 373.505,97</b>				

Fonte: SIAFI

**Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12** **Quantidade**

<b>Tipologias dos Cargos</b>	<b>Lotação</b>		<b>Ingressos no exercício</b>	<b>Egressos no exercício</b>
	<b>Autorizada</b>	<b>Efetiva</b>		
<b>1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>266</b>	<b>250</b>	<b>1</b>	<b>9</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não há	-	-	
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	<b>266</b>	<b>250</b>	<b>1</b>	<b>9</b>
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	250	237	1	9
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	16	13	-	-
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	não há	-	-	-
<b>3. Total de Servidores (1+2)</b>	<b>266</b>	<b>250</b>	<b>1</b>	<b>9</b>

Fonte: Sistema SIAPE e registros da Seção de Recursos Humanos

**Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12**

<b>Tipologias dos afastamentos</b>	<b>Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro</b>
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	-
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	-





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	-
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>4</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	4
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	-
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>2</b>
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>1</b>
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	-
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>-</b>
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>16</b>
6.1 Licença Gala (art. 97, II, "a" da Lei 8.112/90)	1
6.2 Licença Médica ( Lei 8.112/90)	14
6.3 Afastamento Preventivo (art. da Lei 8.112/90)	1
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>23</b>

Fonte: Sistema SIAPE

**Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)**

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em comissão</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

	1	1		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1	1	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
<b>2. Funções gratificadas</b>	<b>28</b>	<b>25</b>	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	28	25	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
<b>3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)</b>	<b>29</b>	<b>26</b>	-	-

Fonte: Sistema SIAPE

**Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	<b>13</b>	<b>68</b>	<b>90</b>	<b>47</b>	<b>32</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	<b>13</b>	68	<b>90</b>	<b>47</b>	<b>32</b>
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	13	68	90	47	32

Fonte: Sistem SIAPE

**Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>1. Provimento de cargo efetivo</b>	-	-	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>144</b>	<b>103</b>	-	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>144</b>	<b>103</b>	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de cargo em comissão</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>144</b>	<b>103</b>	-	-	-

Fonte: Sistem SIAPE

**LEGENDA**

**Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

**Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro**

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
<b>1. Integral</b>	<b>102</b>	<b>4</b>
1.1 Voluntária	93	4
1.2 Compulsória	1	-
1.3 Invalidez Permanente	8	-
1.4 Outras	-	-
<b>2. Proporcional</b>	<b>1</b>	<b>-</b>
2.1 Voluntária	1	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	-	-
2.4 Outras	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>103</b>	<b>4</b>

Fonte: Sistema SIAPE



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12**

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
<b>1. Aposentado</b>	<b>28</b>	<b>5</b>
1.1. Integral	25	2
1.2. Proporcional	3	3
<b>2. Em Atividade</b>	<b>51</b>	-
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>79</b>	<b>5</b>

Fonte: SIAPE



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários			
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>										
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>										
Exercícios	2011	27.741.263,52	119.444,32	2.337.117,53	795.299,15	9.005,88	1.461.793,91	1.279.243,19	-	33.743.167,50
	2010	27.507.660,32	130.117,52	3.395.488,15	845.377,82	11.572,22	926.648,47	1.588.528,01	-	34.405.392,51
	2009	27.085.457,45	137.112,05	3.561.295,24	1.009.621,23	486.886,28	-	-	-	32.280.372,25
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>										
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>										
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>										



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2011	122.880,16	28.229,15	12.662,26	3.395,99	-	3.588,00	3.648,00	-	-	174.403,56
	2010	121.583,07	29.102,76	12.969,37	8.543,87	-	453,00	3.648,00	-	-	176.300,07
	2009	106.551,67	29.102,76	-	3.861,68	-	-	1.512,00	-	-	141.028,11
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2011										-
	2010	2.785.612,80	95.690,28	246.893,96	91.933,82	3.131,98	71.525,30	191.971,14	-	-	3.486.759,28
	2009	2.386.972,63	92.148,31	217.846,59	141.181,30	2.694,96	50.525,60	127.690,59	-	-	3.019.059,98

Fonte: SIAPE

**Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva**

Unidade Contratante											
Nome: DÉCIMA OITAVA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL											
UG/Gestão: 200124/0001						CNPJ:					
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa	Período contratual de execução das atividades	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados	Sit.				



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

				Contratada	contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	04/2010	06.019.070/0001-78	02/03/2011	03/03/2012			28	28			P
2009	L	O	06/2009	05.902.023/0001-05	26/07/2011	25/07/2012			27	27			P

**Observações:** Vigilância: Clasi Segurança Privada. Limpeza e Higiene: Suprimax Serviços Gerais.

**LEGENDA**

**Área:** (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: SIAFI

**Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**

Unidade Contratante							
<b>Nome:</b>							
<b>UG/Gestão:</b>				<b>CNPJ:</b>			
Informações sobre os contratos							
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa	Período contratual de execução das atividades	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados	Sit.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

				Contratada	contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	14	O	08/2009	11.794.559/0001-57	10/12/2011	09/12/2012			17	17			P

**Observações: contrato da O. S. Souza Transportes e Serviços (Caely Blue).**

<p><b>Área:</b></p> <p>1. Conservação e Limpeza;</p> <p>2. Segurança;</p> <p>3. Vigilância;</p> <p>4. Transportes;</p> <p>5. Informática;</p> <p>6. Copeiragem;</p> <p>7. Recepção;</p>	<p>8. Reprografia;</p> <p>9. Telecomunicações;</p> <p>10. Manutenção de bens móveis</p> <p>11. Manutenção de bens imóveis</p> <p>12. Brigadistas</p> <p>13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes</p> <p>14. Outras</p>	<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
---	---	--

Fonte: SIAFI





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ**

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	X				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		X			



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		<b>X</b>			
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		<b>X</b>			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				<b>X</b>	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		<b>X</b>			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			<b>X</b>		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			<b>X</b>		
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		<b>X</b>			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		<b>X</b>			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				<b>X</b>	
Considerações gerais: Percebe-se que devem ser aprimorados os sistemas de controle interno, para permitir uma eventual alteração nas estratégias de atuação, no sentido de otimizar os resultados da gestão no médio e no longo prazo.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					
<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
<b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

**Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			<b>x</b>		
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			<b>x</b>		



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			<b>x</b>		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.  Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	<b>x</b>				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).  Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					<b>x</b>
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).  Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Papel.					<b>x</b>
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.  Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			<b>x</b>		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).  Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? Nos editais.					<b>x</b>
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					<b>x</b>
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					<b>x</b>
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					<b>x</b>
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.  Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	<b>x</b>				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.  Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	<b>x</b>				
Considerações Gerais: Item 5 - Houve redução do consumo de energia, em virtude da aquisição de equipamentos mais eficientes quanto ao consumo.					
<b>LEGENDA</b>					
<b>Níveis de Avaliação:</b>					



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
<b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
<b>(3) Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
<b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
<b>(5) Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

**Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	<b>UF: MA</b>	22	22
	Peritoró	1	1
	Bacabal	1	1
	Balsas	1	1
	Barão de Grajaú	1	1
	Caxias	2	2
	Chapadinha	1	1
	Imperatriz	3	3
	Porto Franco	1	1
	Presidente Dutra	1	1
	Santa Luzia	1	1
	Santa Rita	1	1
	São Luís	2	2
	Vargem Grande		



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

		1	<b>1</b>
	Vitória do Mearim	1	<b>1</b>
	Santa Inês	3	<b>3</b>
	Açailândia	1	<b>1</b>
<b>Subtotal Brasil</b>		22	22
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	-	-
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	<b>PAÍS "n"</b>	-	-
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
<b>Subtotal Exterior</b>		-	-
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		22	22

Fonte: SPIUNET

**Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
<b>BRASIL</b>	<b>UF MA</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
	Imperatriz	1	<b>1</b>
	Balsas	1	<b>1</b>
	município "n"		
	<b>UF "n"</b>	-	-
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
<b>Subtotal Brasil</b>		<b>2</b>	<b>2</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS 1</b>	-	-
	cidade 1		



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

cidade 2		
cidade "n"		
<b>PAÍS "n"</b>	-	-
cidade 1		
cidade 2		
cidade "n"		
<b>Subtotal Exterior</b>	-	-
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>	<b>2</b>	<b>2</b>

Fonte: SAF



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200124	0210 00001.500-8	4	5			5.765,48		
200124	0210 00001.500-8	4	5			5.765,48		
200124	0723 00015.500-8	21	6			34.110,00		
200124	0723 00015.500-8	13	6			34.201,20		
200124	0729 00007.500-3	21	5			90.339,44		
200124	0729 00007.500-3	4	5			55.169,33		
200124	0757 00024.500-1	21	2			34.180,45	282.276,73	
200124	0757 00024.500-1	13	2			34.181,27		
200124	0757 00039.500-3	21	3			87.918,39		
200124	0757 00039.500-3	13	3			43.958,98		
200124	0761 00005.500-6	21				40.340,90		
200124	0803 00039.500-0	21	2			38.824,97	498.884,69	
200124	0803 00039.500-0	13	2			38.824,24		
200124	0803 00040.500-6	21	2			40.296,62		
200124	0803 00072.500-0	15	3			67.340,00		
200124	0877 00003.500-8	13	4			40.296,62		
200124	0877 00003.500-8	21	4			40.297,37		
200124	0879 00006.500-0	21				45.522,52		
200124	0897 00003.500-2	21				17.695,08		
200124	0901 00002.500-9	13				38.372,56		





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

200124	0901 00002.500-9	21				38.372,56			
200124	0921 00630.500-8	21	2			151.123,44			
200124	0921 00630.500-8	13	2			70.939,44			
200124	0921 00630.500-8	13	2			85.163,52			
200124	0921 00639.500-7	13	7			901.000,00			
200124	0921 00639.500-7	21	7			901.000,00	378.388,28		
200124	0947 00003.500-2	4	6			19.750,00			
200124	0947 00003.500-2	21	6			51.476,26			
200124	0951 00006.500-7	21	7			41.669,36			
200124	0957 00014.500-0	21	6			41.917,34			
200124	0957 00014.500-0	13	6			41.917,34			
200124	0957 00015.500-5	21	6			36.346,66			
200124	0957 00015.500-5	13	6			36.346,66			
200124	0957 00028.500-6	13				600.000,00			
200124	0961 00026.500-3	13	6			16.506,05			
200124	0961 00026.500-3	21	6			31.012,10			
<b>Total</b>							<b>1.159.549,70</b>		-

Fonte: SPIUNet

**Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador**

Valores em R\$ 1,00



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Código da UG 1:</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>			
<b>Portador</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor do Limite Individual</b>	<b>Valor</b>		<b>Total</b>
			<b>Saque</b>	<b>Fatura</b>	
Pedro Costa Berredo	044236233-15	3.000,00	2.700,00	300,00	3.000,00
José Rubens Nascimento da Silva	056900212-53	3.000,00	2.650,00	350,00	3.000,00
Ismael Pereira Gomes	146923923-04	3.000,00	793,92	2.206,08	3.000,00
Osmilton Oliveira Galdino	413125203-10	3.000,00	1.188,86	1.811,14	3.000,00
Salatiel Assunção Ribeiro	478995143-04	3.000,00	2.279,36	720,64	3.000,00
<b>Total utilizado pela UG</b>			9.612,14	5.387,86	15.000,00
<b>Código da UG 2:</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>			
					-
					-
<b>Total utilizado pela UG</b>			-	-	-
<b>Total utilizado pela UJ</b>			9.612,14	5.387,86	15.000,00

Fonte: SIAFI

**Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno  
ou de auditoria interna atendida no exercício**

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	201109081



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	05/08/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	1.1.9.1
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	05/08/2011
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	18 SRPRF/MA
<b>Descrição da Recomendação</b>	Pagamento de multas de trânsito, sem que tenha ocorrido o devido ressarcimento, à 18ª SR/DPRF, por parte dos servidores infratores.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA -SAF	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
Foi expedida Ordem de Missão 03/2011 para identificação dos responsáveis e encaminhado ao Núcleo de Orçamento e Finanças para recolhimento aos cofres da união.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Aguardando os resultados das providências.	



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
Falta de pessoal e sobrecarga de trabalho.

**Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno  
ou de auditoria interna atendida no exercício**

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	201109081
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	05/08/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	1.1.9.3



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Comunicação Expedida/Data</b>	05/08/2011
<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	18 SRPRF/MA
<b>Descrição da Recomendação</b>	Contratação direta sem licitação, com base no inciso IV do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, sem a submissão do processo à análise da assessoria jurídica.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA -SAF
<b>Síntese das providências adotadas</b>	Todos os processos licitatórios em andamento atualmente foram previamente enviados ao órgão consultivo da AGU, bem como foram instaurados procedimentos administrativos visando a apurar as irregularidades encontradas.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	Aguardando os resultados das providências.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>
Falta de pessoal e sobrecarga de trabalho.

**Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno  
ou de auditoria interna atendida no exercício**

<b>Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna</b>	
<b>Identificação do Relatório de Auditoria</b>	201109081
<b>Data do Relatório de Auditoria</b>	05/08/2011
<b>Item do Relatório de Auditoria</b>	1.1.9.4
<b>Comunicação Expedida/Data</b>	05/08/2011



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA Rodoviária Federal**  
**18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

<b>Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação</b>	18 SRPRF/MA
<b>Descrição da Recomendação</b>	Impropriedades nas obras de reforma e ampliação dos postos de São Luís, Imperatriz e Caxias, tais como: inobservância do intervalo mínimo entre a data de publicação do aviso do edital e a data de realização da sessão e recebimento das propostas; rescisão de contrato sem o enfrentamento das questões suscitadas na manifestação da contratada; e concorrência da administração para a rescisão do contrato decorrente da TP nº 01/2009.
<b>Providências adotadas pela unidade interna responsável</b>	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	SEÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA -SAF
<b>Síntese das providências adotadas</b>	As manifestações da contratada foram submetidas à apreciação da Coordenação Geral de Administração do DPRF/MJ.
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	A Coordenação Geral de Administração do DPRF/MJ manteve a rescisão unilateral do contrato. As obras foram concluídas.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
18ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MARANHÃO**

**Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor**

Atraso na conclusão das obras provocaram diversos problemas de ordem operacional.